

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

**Fundação Oswaldo Cruz**



Amanda Santos Ribeiro

**Reflexos dos Impactos Ambientais na Saúde e no Processo de Trabalho da Comunidade  
Pesqueira de Atafona, no Norte do Estado do Rio de Janeiro.**

Rio de Janeiro/RJ

2019

Amanda Santos Ribeiro

**Reflexos dos Impactos Ambientais na Saúde e no Processo de Trabalho da Comunidade  
Pesqueira de Atafona, no Norte do Estado do Rio de Janeiro.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Vigilâncias e Avaliação em Saúde.

Orientador: Paulo Gilvane Lopes Pena.

Rio de Janeiro/RJ

2019

Catálogo na fonte  
Fundação Oswaldo Cruz  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde  
Biblioteca de Saúde Pública

R484r      Ribeiro, Amanda Santos.  
              Reflexos dos impactos ambientais na saúde e no processo de  
              trabalho da comunidade pesqueira de Atafona, no norte do estado do  
              Rio de Janeiro / Amanda Santos Ribeiro. -- 2019.  
              68 f. : il. color. ; mapas

              Orientador: Paulo Gilvane Lopes Pena.  
              Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola  
              Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

              1. Saúde. 2. Vigilância em Saúde do Trabalhador. 3. Pesqueiros.  
              4. Riscos Ocupacionais. 5. Determinantes Sociais da Saúde. 6. Saúde do  
              Tabalhador. I. Título.

CDD – 23.ed. – 363.11098153

Amanda Santos Ribeiro

**Reflexos dos Impactos Ambientais Históricos na Saúde e no Processo de Trabalho da  
Comunidade Pesqueira de Atafona, no Norte do Estado do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Vigilâncias e Avaliação em Saúde.  
Aprovada em: 12 de abril de 2019

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Cheble Bahia Braga

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Pedro Guimarães Coscarelli

---

Prof<sup>o</sup> Dr Paulo Gilvane Lopes Pena (Orientador)

Rio de Janeiro/RJ

2019

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia e ao meu filho João Renato por quem eu acordo todos os dias na certeza que devo lutar para ser cada vez melhor.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, minha rocha e fortaleza, que me permitiu vencer mais esta etapa da minha vida.  
Ao meu filho João Renato pela companhia motivadora em todas as noites de trabalho.  
Aos meus pais Zeca e Dagmar e minhas irmãs Lara e Karla por todo apoio e amor durante toda a minha vida.

A toda minha família que sempre me incentivou nos desafios que a vida me propôs.

Agradeço imensamente a minha amiga Milla Paes (*in memoriam*) por estar sempre em meu coração me incentivando a ser cada dia melhor.

A Sra. Martha Henriques por acreditar em mim, pelo exemplo de garra e força e pelas palavras de coragem que jamais serão esquecidas na minha trajetória profissional, jamais esquecerei o tão importante “arco-íris” em minha vida.

A Doutora Távira Sucupira pelos ensinamentos e por me fazer amar a medicina do trabalho.

Ao Doutor Chicão pela oportunidade de conhecer a Saúde do Trabalhador no SUS e me ajudar a estar hoje concluindo este trabalho.

Aos amigos Lise Barros e Pedro Coscarelli por me adotarem em seus corações e me ajudarem a ser a profissional que hoje eu sou.

Ao meu orientador Paulo Pena, pela paciência, motivação, profissionalismo e compreensão comigo por todo este tempo.

Às coordenadoras Ana e Simone, por todo carinho e exemplo.

Aos meus colegas do mestrado, pela alegria e espírito guerreiro que fez parte de toda a caminhada, em especial as minhas queridas Amanda e Cidinha pelo companheirismo.

À banca de qualificação, Jussara e Luis Leão, pela paciência e apoio.

Aos meus colegas do SESMT/IMNE, Marcela, Isabela, Sallua, Luiz, Michelly, Rafaela, Isabel e Patrick que sempre me apoiaram e me ajudaram quando precisei me ausentar, também a Elisa por segurar sempre a barra nos dias em que estive longe.

As amigas Valéria, Lindinalva e Fabiana pelo carinho diário que foi e é fundamental em minha caminhada.

Ao amigo e Enfermeiro Godofredo pela oportunidade e por acreditar em mim.

Aos pescadores do Pontal de Atafona que me acolheram com carinho e dedicação.

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, auxiliaram durante o processo de elaboração desta pesquisa.

## RESUMO

O presente estudo avaliou reflexos dos impactos ambientais históricos na saúde e no processo de trabalho da Comunidade Pesqueira de Atafona, no Norte do Estado do Rio de Janeiro, tendo como objetivo compreender as transformações no processo de vida e trabalho dos pescadores, provocadas pela instalação do Complexo Industrial Logístico e Portuário do Açú. A pesquisa utilizou o método qualitativo, tendo como suporte de 17 entrevistas semiestruturadas aplicadas através de visitas realizadas aos pescadores da comunidade de Atafona no ano de 2018. Outro instrumento utilizado foi o diário de campo para anotações sobre as observações das condições ambientais, de trabalho e saúde. A necessidade de compreensão das transformações que estão acontecendo nos processos de vida e trabalho das comunidades pesqueiras do Norte Fluminense, especialmente em Atafona, e a precariedade de estudos específicos que norteiam o planejamento e execução de ações de VISAT voltadas especificamente a esta população delinearam o objeto deste estudo. Foi possível observar todo o processo de trabalho que precede a pesca propriamente dita do pescador artesanal de Atafona. No decorrer da investigação, observou-se que os pescadores desconhecem a maior parte dos riscos a que estão expostos, principalmente os agravos à saúde relacionados a estes riscos, dado importante para o desenvolvimento das ações de vigilância. Observou-se também que ao entrarmos na discussão em torno da chegada do Porto do Açú as falas, na sua quase totalidade, deixaram clara a piora da pesca com a diminuição do pesqueiro (território utilizado para pescar). Além disso, evidenciaram o nítido sofrimento instalado no dia a dia dos pescadores pela falta de perspectiva de melhoria em suas condições de trabalho resultante das transformações que ocorreram nos últimos anos. A pesquisa contou com contribuição relevante dos pescadores, sendo possível elaborar sugestões importantes para fortalecer as ações de VISAT daquela região, são elas Fortalecer a Educação em Saúde; criar estratégias para garantir as notificações de agravos; viabilizar e garantir o sistema de referência e contra – referência do SUS; Adesão à Programas do Governo Federal para a criação de uma estratégia de fornecimento de combustível a preço justo para os pescadores. O estudo evidenciou a grande transformação que ocorreu nos últimos anos no processo de vida e trabalho dos pescadores após a construção do Complexo Logístico e Portuário do Açú. A diminuição do território de pesca e a conseqüente diminuição do pescado, as dificuldades na organização do trabalho atreladas ao novo cenário, deixam claras o até então invisível sofrimento da população com a precarização de seu processo de trabalho.

**Palavras Chave:** Saúde; Vigilância em Saúde do Trabalhador; Território Pesqueiro.

## ABSTRACT

The present study evaluated reflexes of historical environmental impacts on health and work process of Atafona Fishing Community, at North of Rio de Janeiro state, having for objective understand the transformations of fishermen life and work process caused by Açú's Logistic and Port Industrial Complex installation. The research used the qualitative method, supported by 17 semi-structured interviews applied through visits to Atafona Community Fishermen in the year of 2018. Another instrument used was the field diary for notes observations of environmental conditions of work and health. The need to understand the transformations that are taking place in life and work processes of fishing communities of Norte Fluminense, especially in Atafona, and the precariousness of specific studies that guide the planning and execution of VISAT actions directed specifically to this population, delineated the object of this study. It was possible notice all the work process that precedes the real fishing of the artisanal fisherman of Atafona. During the investigation, it was observed that fishermen are unaware of most of risks they are exposed, especially the health problems related to these risks, what is important for the deployment of vigilance actions. It was also observed that, when started the discussion about the arrival of Açú's Port, almost all of statements left clear the worsen of the fishing with the reduction of *pesqueiro* (territory used to fish). In addition, they showed the clear suffering installed in the fishermen day-by-day by the absence of perspective of improvement in their working conditions resulting from the transformations that have occurred in last years. The research had a relevant contribution from the fishermen, being possible elaborate important suggestions to beef up the actions of VISAT of that region, are they, strengthening the health education; create strategies to ensure the harm notifications; make feasible and guarantee the system of reference and contra - reference of SUS; Adherence to the Federal Government Programs for the creation of a strategy for supplying fuel at fair prices for fishermen. The study evidenced the big transformation that happened at last years of fishermen life and work process after the Açú's Logistics and Port Complex construction. The decrease of fishing territory and the consequent decrease in fish, the difficult of work organization attached to a new scene, left clear the, til then, invisible suffering of population with the precariousness of your work process.

**Keywords:** Health; Occupational Health Surveillance; Fishing Territory.

## LISTAS DE FIGURAS

Figura 1	Localização do Município de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro...	11
Figura 2	Localização da praia de Atafona em relação a Barra do Açú, local de construção e operação do CLIPA.....	12
Figura 3	Orla do Pontal de Atafona na década de 80 ainda sem grandes reflexos da destruição.....	26
Figura 4	Reunião realizada pelo CEREST/ NF com os pescadores de Atafona em 2014 sobre os riscos ocupacionais na pesca.....	26
Figura 5	Profissionais do CEREST/ NF e Unidade Móvel ao fundo.....	27
Figura 6	Foto das embarcações ancoradas no entreposto e nos fundos das residências no Pontal de Atafona.....	33
Figura 7	Esquema da rede de cerco com retinida utilizada pelas embarcações em São João da Barra/RJ.....	36
Figura 8	Guincho utilizado para recolher a rede de arrasto.....	36
Figura 9	Fluxograma do processo de venda do pescado.....	41
Figura 10	Ciclo da dragagem do canal.....	46
Figura 11	Área de bota-fora marinho.....	46
Figura 12	Modelos de determinação social da saúde, segundo Dalhgren e Whitehead e adaptado pela Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde.....	56

## LISTAS DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Intervenções mais impactantes e impactos socioambientais associados em SUAPE/PE.....	16
Quadro 2	Apresentação do Perfil dos Sujeitos da Pesquisa de acordo com sexo, idade, função no trabalho da pesca ou no beneficiamento, tempo de atividade e participação familiar na atividade.....	32
Quadro 3	Apresentação das embarcações quanto ao tamanho e dos apetrechos utilizados no processo da pesca praticada pelos pescadores entrevistados.....	35
Quadro 4	Riscos ocupacionais relacionados à Pesca no Pontal de Atafona.....	52

## SUMÁRIO

<b>1. CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. CAPÍTULO 2- ASPECTOS TEÓRICOS</b> .....	14
2.1 Consequências sociais e ambientais de um modelo de desenvolvimento.....	14
2.2 A pesca, o pescador e o pescado de Atafona.....	17
2.3 O território ameaçado.....	18
2.4 A saúde do trabalhador pescador.....	20
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	25
<b>4. CAPÍTULO 3- RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	32
3.1. Os sujeitos e o cenário da pesquisa.....	32
3.2. O processo de trabalho dos pescadores do pontal de Atafona.....	34
3.3. O porto do Açú e suas consequências.....	43
3.4. Considerações sobre os riscos relacionados às atividades.....	48
3.5. Proposições preliminares para ações de VISAT para os pescadores de Atafona.....	56
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	59
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	62
<b>APÊNDICE</b> .....	66
Apêndice I.....	66
<b>ANEXO</b> .....	67

## CAPITULO 1 - INTRODUÇÃO

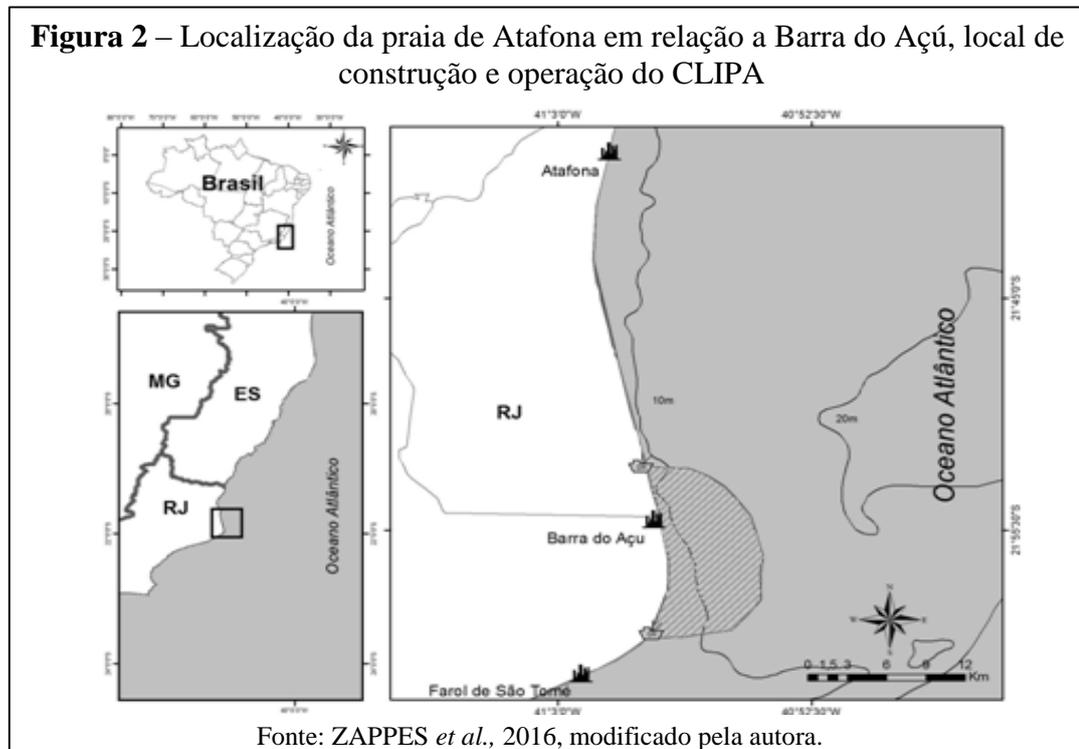
O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo realizada na localidade de Atafona, município de São João da Barra, interior do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa que teve como objeto a saúde da população pesqueira de Atafona proporcionou uma aproximação com aquela comunidade e com os impactos sofridos após a construção e início da operação do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú, localizado na costa litorânea do mesmo município.

O município de São João da Barra, que está localizado ao norte do estado do Rio de Janeiro (Figuras 1), possui área de 455,04 km<sup>2</sup> e população de 32.747 habitantes segundo dados do CENSO 2010 (BRASIL, 2010).



De acordo com Souza (2010), São João da Barra possui como principais atividades econômicas: o turismo, a agropecuária, a olericultura, a fruticultura ativa, o artesanato e a pesca, mas, a maior parte da arrecadação municipal provém do repasse de royalties e participação especial do petróleo.

A Região Norte do Estado do Rio de Janeiro ou “Norte-Fluminense”, segundo Rodrigues e Lemos (2011) recebeu nos últimos anos enormes investimentos destinados à instalação de terminais portuários. Nessa região destacam-se o Complexo Logístico Industrial e Portuário (CLIPA) do Açú (Figura 2) e o Complexo Logístico e Naval Farol- Barra do Furado.



Segundo Domingues *et al.*, (2009), embora os projetos incluídos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em especial os de infraestrutura de transportes e logística, mantenham um desejo central de promover ações que contribuam com a redução da desigualdade social entre as regiões, esse objetivo se torna um pouco confuso quando a realidade mostra o contrário. Para estes mesmos autores, programas que focam o crescimento econômico, como o PAC, tendem a não se preocupar diretamente com as diferenças regionais, tanto no que diz respeito à sua formulação quanto aos impactos ambientais e sociais gerados.

Para Coutinho (2009), os impactos na região provocados pela instalação dos complexos portuários ultrapassam as mudanças ambientais, chegando a atingir do mesmo modo a dinâmica do contexto social da região que abriga tal construção. Assim, de acordo com ele devemos levar em consideração, não só os impactos no meio físico no momento de uma análise, mas considerar também os impactos ao meio antrópico.

Reforçando este pensamento, Souza (2010) enfatiza que a implantação do empreendimento do Complexo Portuário do Açú, no município de São João da Barra, projetado para contemplar a instalação de várias empresas de grande porte como indústrias, termoelétrica e siderúrgica, além do mineroduto, promoverá uma vasta mudança no ambiente e na vida das comunidades próximas ao CLIPA, afetando principalmente os pescadores artesanais da região.

Observa-se assim uma grande necessidade de entender as mudanças e as implicações dessas mudanças na saúde dos indivíduos inseridos nesta realidade.

Neste contexto, surge uma preocupação com as possíveis transformações sociais e econômicas, bem como com o processo de trabalho que envolve principalmente as comunidades pesqueiras da região que tem em a cultura da pesca como atividade essencial de sobrevivência.

Dentre as comunidades afetadas pela construção do CLIPA, destaca-se neste estudo a comunidade pesqueira da Praia de Atafona.

A redução do pescado durante a implantação e operação do CLIPA é uma preocupação dos pescadores artesanais de Atafona, com muitas queixas em relação a uma realidade que já vem sendo observada desde o início das obras. Souza (2010), observou a importância econômica da pesca artesanal no município de São João da Barra. Para ela, acompanhar os conflitos e as informações obtidas junto aos pescadores se torna importante, pois permite uma avaliação das reais dimensões dos impactos gerados durante a implantação e após a consolidação do empreendimento. E ainda completa que prejudicar as atividades desses grupos de pescadores causaria uma perda cultural irreparável para o município. Aproveitando esta afirmação, vale deixar claro que a perda seria tanto cultural quanto social e econômica.

Não podemos falar sobre a diminuição da produção sem mencionar as possíveis consequências à saúde dos pescadores decorrente da implantação do complexo, principalmente no que se refere ao sofrimento psíquico que pode ser desencadeado por conta destas mudanças

relacionadas à pesca. Não foi possível encontrar na revisão de literatura estudos que relacionem a implantação destes complexos portuários com a saúde dos pescadores, os estudos encontrados estão voltados às questões ambientais.

A necessidade de compreensão das transformações que estão ocorrendo nos processos de vida e trabalho das comunidades pesqueiras do Norte Fluminense, especialmente em Atafona, e a precariedade de estudos específicos que norteiam o planejamento e execução de ações de VISAT voltadas especificamente à esta comunidade são as molas propulsoras da realização deste estudo.

Partindo deste princípio foi norteado como objetivo geral compreender as transformações no processo de vida e trabalho dos pescadores de Atafona/ São João da Barra, provocadas pela instalação do Complexo Industrial Logístico e Portuário do Açú, visando contribuir com as ações de VISAT. E, ainda, como objetivo específico propôs-se:

- Observar as transformações sofridas no processo de vida e trabalho dos pescadores de Atafona/ São João da Barra após a mudança ocorrida em seu território pesqueiro;
- Tornar visível o sofrimento do pescador de Atafona frente às consequências do impacto ambiental histórico;
- Propor ações de VISAT que fortaleçam as ações de promoção e proteção à saúde da população pesqueira na rede de atenção básica.

## **CAPITULO 2 – ASPECTOS TEÓRICOS**

### **2.1. Consequências sociais e ambientais de um modelo de desenvolvimento**

Desde o final do ano de 2007, com a implantação do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú, o município de São João da Barra sente os impactos resultantes da implantação deste grande empreendimento. Para Freitas e Oliveira 2012 tal complexo é considerado o maior investimento em infraestrutura portuária da América Latina ocupando uma

área de 90 km quadrados. Nele existe a previsão da instalação de siderúrgicas, cimenteiras, indústria automotivas, termoelétricas, indústrias de apoio offshore e ainda uma unidade de tratamento e armazenamento de petróleo, se enquadrando assim no que se chamou na década de 1970 de Grandes Projetos de Investimentos (GPIs). O CLIPA causará inúmeras transformações e desafios não somente para a população e o território o empreendimento está localizado, mas para toda sua hinterlândia.

Segundo Pessanha (2015), com o início da construção do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú no município de São João da Barra, uma a região que antes tinha a agroindústria açucareira como principal atividade econômica, deparou-se frente de uma nova oportunidade para favorecer seu crescimento econômico.

No entanto, de acordo com Rodrigues e Lemos (2011), a criação de um distrito industrial, próximo à área de implantação do complexo portuário, favorece diretamente o interesse dos empreendedores, já que o Porto do Açú anuncia uma aproximação de funcionamento semelhante ao de MIDAs (Maritime Industrial Develop Areas), portos que vão além do processo de entrada e saída de mercadorias, agregando nas suas dependências complexos processos industriais. O Distrito Industrial oferecerá vantagens financeiras destinadas à implantação de empresas interessadas em investir no município.

Dentre várias outras questões, RIMA-DISJB (2011), chama atenção a questão da geração de expectativas negativas que o empreendimento traz para as comunidades locais:

“As expectativas negativas estão relacionadas às desapropriações e realocações, aumento da pressão sobre os serviços públicos e sobre a dinâmica social, e piora das condições de segurança pública, devido à atração de um grande número de pessoas para a região. Com relação à comunidade pesqueira, as principais preocupações estão focadas na possibilidade de perda ou de restrição de áreas de pesca, e também no risco de acidentes com embarcações e a consequente perda de materiais e instrumental de trabalho” (RIMA- DISJB, 2011).

Nota-se que as condições de vida e de trabalho desta região irão sofrer alterações significativas diante do crescimento. O próprio relatório destaca impactos na área da pesca

como restrições do território pesqueiro. Não obstante, os processos produtivos não estarão livres do processo de transformação, já que essa é uma realidade trazida com a chegada destes grandes empreendimentos.

Santos *et al.*, (2016), afirmam que em Pernambuco, uma das consequências do PAC é a grande mudança econômica e produtiva em diversas localidades, no litoral sul do estado construção do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) é um exemplo. Segundo os autores injustiças, conflitos na saúde da população e no ambiente em que vivem são reflexos produzidos pelas transformações políticas, socioeconômicas e culturais nesta região.

Moretti e Cox (2016) desenharam um quadro (quadro1) para ilustrar a dimensão do impacto socioambiental que pode ser causado com a implantação de um empreendimento deste porte, segue ocorridos na região do entorno do Complexo Industrial e Portuário do SUAPE em Pernambuco.

**Quadro 1:** Intervenções mais impactantes e impactos socioambientais associados em SUAPE/PE.

ANO: INTERVENÇÃO/ ACONTECIMENTO	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	ANO: INTERVENÇÃO/ ACONTECIMENTO	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
1977: Início de desapropriação das primeiras terras, que viriam a totalizar os 13.500 hectares atuais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Retirada de parte da população do local de onde garantiam fonte de renda e sobrevivência;</li> <li>- Não pagamento correto das indenizações;</li> <li>- Não cumprimento da transferência de moradores para moradia em outras áreas.</li> </ul>	2005: Estaleiro Atlântico Sul (acesso provisório por meio do entrocamento)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Supressão de manguezal para implantação do estaleiro.</li> <li>- Barramento direto no rio Tatuoca, sendo o escoamento da água, atualmente, feito por meio de tubulações.</li> <li>- Alteração no movimento das marés e interação da mesma com o rio Tatuoca;</li> <li>- Impactos diretos sobre a disponibilidade de peixes e crustáceos.</li> </ul>

1979: Dragagem do istmo de Cocaia formando a ilha de Cocaia;	-Não cumprimento da transferência de moradores para moradia em outras áreas.  -Alteração no fluxo das águas provenientes do RioTatuoca;	2011: Início da Dragagem para implantação do Estaleiro Promar.	- Aumento da turbidez da água dos rios Massangana eTatuoca (Figura 7 A);  - Supressão de manguezal e restinga na área.
1979: Aterro do trecho entre o arrecife e o continente, bloqueando a foz do Ipojuca para construção do Parque de Tancagem;	- Impactos diretos sobre a pesca no estuário do RioTatuoca.  - Bloqueio da foz do Rio Ipojuca, alterando toda a dinâmica do fluxo de água do referido rio.  -Impacto direto sobre organismos aquáticos que se utilizavam da foz do Rio Ipojuca para reprodução.		- Aumento da turbidez da água dos rios Massangana eTatuoca (Figura 7 A);  - Supressão de manguezal e restinga na área.
1982 – 2013. Implantação de rodovias e ferrovias (atividades que vem se desenvolvendo até os dias atuais).	- Supressão e aterramento de grandes áreas de mangue e restinga presentes na área de abrangência do CIPS.	2012-2014: Dragagem do Canal de Acesso Externo	- Disposição do material dragado em bota fora oceânico, aumentando turbidez;

Fonte: MORETTI E COX, 2016 (p. 103)

O quadro evidencia várias consequências socioambientais observadas na região da implantação do Complexo de Suape. Nota-se assim uma propensão da ocorrência de impacto semelhantes na região de implantação e operação do CLIPA. Em especial, podemos interpretar que a praia de Atafona e seus pescadores estão sujeitos a sofrer reflexos diretos destes impactos como a diminuição do pescado e atrelado a isso possíveis consequências à saúde destes pescadores.

## 2.2. A pesca, o pescador e o pescado de Atafona

Segundo Ramires *et al.* (2012), a partir de 1970 começaram a tomar força os trabalhos voltados as comunidades pesqueiras no Brasil no contexto socioeconômico, antes disso o tema tinha uma interpretação de caráter folclórico e antropológico.

As pescarias artesanais são praticadas por pescadores autônomos, se estendem por toda a costa brasileira. Estes pescadores exercem a atividade individualmente ou em parcerias. Estas pescarias empregam apetrechos relativamente simples e o produto é comercializado, normalmente, muitas vezes através de intermediários (Diegues, 1983/1988 *apud* Botero e Garcez, 2005).

Independente da categoria da pesca artesanal ou de pequena escala, os pescadores possuem um conhecimento herdado culturalmente do ambiente em que vivem, este conhecimento empírico é repassado de geração a geração, mantendo fiel o reconhecimento das áreas de pesca e o acesso aos recursos explorados. (DIEGUES, 2000 *apud* ZAPPES *et al.*, 2016).

Para a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 6310 a definição da atividade de pescador artesanal consiste em:

“Trabalham por conta própria na pesca pecuária e serviços relacionados. O trabalho é presencial, realizado em equipe (grupo de pescadores). As atividades são realizadas a céu aberto, durante o dia. permanecem, durante longos períodos, em posições desconfortáveis; ficam expostos à variação climática e ferimentos inerentes às atividades. Estão sujeitos a picadas de insetos (catadores de marisco e de caranguejos e siris.” (BRASIL, 2007).

No Brasil, de acordo com Pena e Gomez (2014), existe cerca de 1 milhão de pescadores artesanais, o que quer dizer que a categoria da pesca se trata de uma grande categoria de trabalhadores não sendo apenas um problema de Atafona existindo possibilidade de ocorrência de problemas semelhantes em vários outros locais do Brasil e do mundo.

### **2.3. O território ameaçado**

Cardoso (2003), traz duas definições de território pelo ponto de vista de Moraes (1984) e Ratzel (1990). O primeiro deixa claro que o significado de território provém dos estudos de

botânica e zoologia do final do século XVIII. Com a chamada Geografia Crítica, este conceito foi revisto a partir da ótica marxista de que a definição do território está atrelada ao uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de propriedade.

O segundo autor refere outro conceito sobre território, como sendo um espaço no qual o Estado teria como função a proteção do território para os indivíduos, dando uma ideia de propriedade e proteção.

Assim, Cardoso (2003, p. 120), conclui que “território poderia então ser definido como uma porção do espaço terrestre sobre o qual um agente qualquer exerce domínio, através do poder gerado por acordos, coerções, ou outro instrumento de dominação”.

O mesmo autor afirma que também poderíamos denominar territórios, aqueles de uso das sociedades pesqueiras, já que estas se apropriam de porções do espaço aquático a partir do trabalho e do conhecimento dos processos naturais existentes ali.

Para Santos e Rigotto (2010), compreender território e todas as suas complexidades e características é fundamental para entendermos as especificidades das populações humanas e seus problemas de saúde. Isso permite avaliar os reais impactos dos serviços sobre a saúde de cada população, tornando mais fácil a promoção de ações eficazes e específicas de acordo com o espaço e os indivíduos deste espaço.

O espaço sanjoanense passa por um processo de apropriação por parte da grande empresa. Ocorre, portanto, um processo de territorialização posto que se dá a ocupação, domínio e estabelecimento de áreas de uso exclusivo dentro da lógica da empresa. (RODRIGUES E LEMOS, 2011).

Além das ameaças que o território pesqueiro de Atafona vem sofrendo com a construção e operação do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú, existe também a

devastação causada pelo fenômeno natural de erosão que vêm acabando lentamente com a área pesqueira da região de Atafona.

Segundo Armesto (2012), estudos indicam que as moradias de Atafona foram construídas sobre areias depositadas pelo rio Paraíba do Sul. Há registros que a erosão provocada pelo mar tornou-se mais forte a partir de 1950. A situação se agravou desde 1970, com o mar entrando litoral cerca de 3 a 5,7 metros por ano. Desde então o avanço do mar já destruiu aproximadamente 183 casas, em 14 quadras. De acordo com a mesma autora, os estudos realizados na área de Atafona indicam que uma combinação das ações antrópicas relacionadas a seguir pode estar contribuindo para o processo erosivo:

- Construção de barragens no rio Paraíba do Sul. Essas barragens retêm os sedimentos (areia) que deveria chegar até a foz e alimentar a praia de Atafona;
- Retirada de areia do leito do rio Paraíba do Sul para ser usada na construção civil;
- Construção de obras de engenharia executadas no rio Paraíba do Sul para manter sua foz aberta;
- Ocupação de áreas muito próximas ao mar.

Segundo Ribeiro *et al.* (2004), o processo erosivo observado nos últimos anos em Atafona tem sido objeto de investigação e pesquisa por universidades e institutos de pesquisa com frequência.

Tais estudos indicam que a população trabalhadora marcada pelos impactos ambientais naturais enfrenta agora a força de um grande impacto ambiental histórico que trará transformações importantes em seu processo de vida e trabalho.

#### **2.4. A saúde do trabalhador pescador**

Segundo Rios *et al.* (2011), como em toda atividade laboral, os trabalhadores da pesca estão submetidos a riscos e agravos à saúde. De acordo com eles, Os principais fatores de risco

para doenças ocupacionais relativas ao setor da pesca podem ser divididos em: relativos ao ambiente físico do local de trabalho, como o frio, o calor, a umidade, os ventos, a radiação solar, as vibrações e os ruídos; comportamentais, como o fumo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, o uso de drogas e medicamentos; sociais, como a prolongada jornada de trabalho, as condições socioeconômicas desfavoráveis, o baixo nível de instrução e por pertencerem a classes sociais mais baixas. Os fatores de riscos ambientais estão ligados basicamente ao ambiente externo de trabalho, sujeitando os trabalhadores a condições insalubres.

Para Janczura (2012), a noção de risco implica não somente iminência imediata de um perigo, mas também a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de ação preventiva. A ação preventiva, para a autora, está relacionada com o risco, pois não se trata de só minorar o risco imediatamente, mas de criar prevenções para que se reduza significativamente o risco, ou que ele deixe de existir.

É importante deixar claro o conceito de Agravo à Saúde: “Agravo significa qualquer dano à integridade física, mental e social dos indivíduos provocado por circunstâncias nocivas, como acidentes, intoxicações, abuso de drogas, e lesões auto ou hetero infligidas” (BRASIL, 2011).

Esses trabalhadores estão sujeitos a fatores de risco como radiação solar, frio, calor e excesso de umidade e agravos a sua saúde, sendo acometidos por lesões de pele, distúrbios musculoesqueléticos, alergias e outras (RIOS *et al.*, 2011).

Em estudo sobre as condições de saúde dos pescadores da localidade de Atafona, Otal *et al.* (2012), concluíram que:

“A pesquisa na localidade de Atafona destacou, com relação às doenças ligadas aos pescadores entrevistados, que o percentual relativo a problema de coluna (acometimento ortopédico) predominou (27%) sobre as demais doenças. (...) Assim como, no referido diagnóstico, as doenças psíquicas e ligadas ao esforço físico se

mostraram em destaque. (...) O estresse, ansiedade e insônia ocuparam o segundo lugar, atingindo 13% da população entrevistada”. (OTAL *et al.*, 2012).

Segundo Pelegrini-Reis *et al.* (2010), é interessante salientar que o estudo do estresse tem sido dominado pela perspectiva clínica, como um fenômeno psicofisiológico decorrente da percepção individual de desajustes entre as demandas do ambiente e a capacidade de respostas do indivíduo. Nessa perspectiva, o estresse tem consequências fisiológicas, psicológicas e comportamentais que são mediadas pela percepção, com foco na susceptibilidade do indivíduo, cujas intervenções são dirigidas para o desenvolvimento de estratégias individuais de enfrentamento.

Para Hessel *et al.* (2012) a ansiedade, como componente de um comportamento emocional, é um conjunto de estados corporais evidenciados por estímulos aversivos, que “perturba” ou “desintegra” o desempenho operante, no sentido de mudar a probabilidade do operante diante da “situação de perigo” que indica a ocasião para um “dano iminente” ao organismo.

Nesse contexto, não podemos deixar de enfatizar a possibilidade de repercussões na saúde dos pescadores ligados aos fatores externos, a exemplo da construção do CLIPA, podendo desencadear sofrimento psíquico e situações estressantes.

Se partirmos do princípio da conceituação de vulnerabilidade social descrita por Janczura (2012), esta que diz respeito à predisposição individual para o desenvolvimento de psicopatologias ou de comportamentos ineficazes em situações de crise, fica claro que estamos diante de uma população vulnerável e predisposta a adoecimento.

Santos *et al.* (2016), consideram que, dentre as estratégias de enfrentamento dos processos de injustiça e vulneração, a comunicação social tem relevância, pois possibilita processos de aprendizado, de produção de conhecimento, de troca de saberes; formas e expressões de vida, tornando visível o que foi invisibilizado, facilitando e fortalecendo redes

sociais – sócio técnicas, sócio institucionais e sócio humanas – para o enfrentamento de problemas de forma proativa e com maior autonomia.

Em estudo realizado em 2015, Leão e Abrant, afirmam que:

“A matematização operada pelo saber e prática epidemiológicos funda ações de catalogação de problemas em saúde mental. Essas são importantes, porém deixam à margem o sofrimento, posto que é categoria impassível à quantificação. (...) A nosso ver, a manifestação do sofrimento deve ser o foco. Assim, a questão não é diagnosticar e classificar pessoas pelo olhar técnico e médico, mas a necessária escuta do sofrimento pelas equipes de saúde, tendo como referência o conjunto de situações e contextos que forjam os processos de subjetivação”. (LEÃO e BRANT, 2015)

Para Bouyer (2015), nas empresas geralmente os determinantes e causas do sofrimento e do adoecimento individual não estão no indivíduo, mas sim no coletivo ao qual ele se encontra inserido metas de produção e normas severas; obrigatoriedade de fazer horas-extras; enxugamento dos quadros de mão-de-obra (coletivo) de trabalhadores, demitindo em massa e aumentando as cargas de trabalho daqueles que ficam sob forte intensificação, e o seu sofrimento social/individual. Ou seja, o coletivo primeiro adoce e, em seguida, ele joga o indivíduo para as teias do sofrimento psíquico e das patologias.

No caso dos pescadores artesanais, embora não sejam assalariados, sofrem consequências do aumento das cargas de trabalho para alcançar ganhos econômicos suficientes para a sua sobrevivência e as consequências são severas como evidenciado por, Mota e Pena (2014, p. 39): “O pescador artesanal é autônomo não apenas em relação à remuneração, mas quanto à proteção à sua saúde.”. De acordo com os autores por não ser um trabalhador assalariado, ou seja, por não vender sua capacidade de trabalho por um salário mensal, o pescador artesanal se diferencia bastante de outras classes trabalhadoras assalariadas por ter sua renda atrelada exclusivamente ao produto do seu trabalho: o pescado.

O mesmo autor traz que a noção de sofrimento social se entende pela produção social de entraves ou constrangimentos (reveses, obstáculos, empecilhos) que atacam o complexo

corpo-mente e, simultaneamente, por um dilaceramento dos recursos (meios) sociais necessários para a resistência, o enfrentamento e a luta contra esses ataques, num frente à frente com o capital flexível que mantém o trabalhador como máquina de metas ou objeto descartável. Assim, embora o termo “sofrimento social” seja muito mais amplo e genérico que os termos “sofrimento no trabalho” e “sofrimento psíquico”, eles são indissociáveis, os três. Conforme já dito, ele (o sofrimento social) abarca o coletivo de indivíduos e, nele, faz ocorrer o que se denomina sofrimento no trabalho e sofrimento psíquico. É uma verdadeira passagem do sofrimento social para o sofrimento individual.

Segundo, Alves e Rodrigues (2010), milhões de pessoas estão em todo o mundo expostas a situações de catástrofe natural ou conflitos. Tais circunstâncias, como por exemplo, abuso infantil, violência (familiar, conjugal, em situações de guerra, entre outras), doenças crônicas ou lesões incapacitantes, exposição a situações de catástrofe natural, constituem vivências traumáticas que produzem um impacto negativo na saúde mental, estando associados a elevado risco de depressão, ansiedade, perturbação de stress pós-traumático e suicídio.

Nessa conjunção de dificuldades, as ações do SUS ocorrem de forma pulverizada, sem considerar modos tradicionais de vida e trabalho dessas categorias profissionais.

Sato (1996), afirma que garantir o direito à saúde dessas populações representa um grande desafio no âmbito da saúde pública, no qual se insere a implantação de ações de VISAT (Vigilância em Saúde do Trabalhador):

“O tema Vigilância em Saúde do Trabalhador pode ser discutido sob várias perspectivas: quer como uma estratégia para a operacionalização de uma determinada política de saúde quer em seus aspectos legais, ou ainda no que se refere ao controle social. (...) Em saúde do trabalhador, diagnosticar as condições de trabalho e saúde para eleger prioridades no sentido de eliminar os determinantes e condicionantes dos problemas de saúde a partir do conhecimento dos trabalhadores não é uma prática nova, mas merece ser refletida” (SATO, 1996, p. 490).

Nota-se uma precariedade de informações e iniciativas por parte, principalmente da Rede de Atenção Básica no que diz respeito à busca das verdadeiras causas de adoecimento das pessoas destas regiões pesqueiras.

As condições de saúde destes pescadores são determinadas pela condição social e econômica. Para, Buss e Pellegrini Filho (2007), existem várias definições de determinantes sociais de saúde (DSS) algumas se expressam com maior ou menor nível de detalhe, no entanto, todas se baseiam no conceito de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde. Dentre várias concepções dos DSS este estudo trará a abordagem do modelo Dahlgren e Whitehead, trazido por Freitas e Rodrigues (2014).

### **3. METODOLOGIA**

O presente estudo foi realizado na praia de Atafona que pertence ao município de São João da Barra, interior do estado do Rio de Janeiro, localidade esta que abriga cerca de mil pescadores associados à colônia Z2, além dos pescadores não associados.

A escolha do tema se deu por uma aproximação direta de vida da autora com a população de Atafona. Como moradora da região pude observar grandes transformações sofridas no Pontal de Atafona ao longo dos anos. Frequentadora daquela praia com várias lembranças vivas na memória de um vasto território onde o turismo ia de encontro à vida dos pescadores e suas famílias.

O Pontal de Atafona sempre foi uma praia muito bem frequentada, seus bares a beira mar chamavam a atenção de todos que ali transitavam. A figura 3, mostra como era a região há anos atrás.

**Figura 3-** Orla do Pontal de Atafona na década de 80 ainda sem grandes reflexos da destruição.



Após anos, já como enfermeira e coordenadora do CEREST/ NF, tive a oportunidade de realizar um trabalho com a comunidade pesqueira de Atafona através de um projeto direcionado à atenção a saúde do trabalhador. O projeto consistia em uma unidade móvel (figuras 4 e 5) composta por uma equipe multidisciplinar de atenção à saúde do trabalhador que atuava em diversas localidades da Região norte Fluminense promovendo ações de saúde e educação em vigilância em saúde do trabalhador.

**Figura 4-** Reunião realizada pelo CEREST/ NF com os pescadores de Atafona em 2014 sobre os riscos ocupacionais na pesca.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Em parceria com o CEREST estadual do Rio de Janeiro e a Secretaria Municipal de Saúde de São João da Barra realizamos visitas a comunidade pesqueira de Atafona, onde tivemos uma aproximação com alguns pescadores e esposas de pescadores falando a respeito de saúde e também das preocupações acerca da construção do Porto do Açú e seus impactos diretos e indiretos na vida daquela comunidade.

**Figura 5** – Profissionais do CEREST/ NF e Unidade Móvel ao fundo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A entrada no Mestrado Profissional de Vigilância em Saúde do Trabalhador permitiu, portanto, construir este estudo na perspectiva simultânea de oferecer um retorno com os resultados a esta comunidade pescadora, bem como proporcionar a autora, a oportunidade de uma maior aproximação com a realidade da região.

A praia de Atafona, que significa moinho de vento no idioma indígena, fica há 3km do centro da cidade e possui o segundo maior delta do país. Em Atafona que acontece o processo de transgressão do mar, sua invasão sobre o continente, que impressiona moradores e turistas. Esta localidade se situa à margem direita na foz do rio Paraíba do Sul. Sua população apresenta dois estratos distintos. Uma camada de baixa renda, essencialmente formada de pescadores que aí vivem em caráter permanente e se estabelecem na parte ribeirinha do braço do rio Paraíba do Sul e, outra camada de população de maior poder aquisitivo, que habita a parte praial (ARGENTO e COSTA, 2005).

As comunidades pesqueiras da região de Atafona, em geral, são dotadas dos meios de produção e realizam a extração de pescado ou coleta de mariscos e caranguejos. Trata-se de uma forma de trabalho e de economia muito antiga, primária que se remonta ao período colonial e se realiza por meio de circuito produtivo que envolve a atividade de produção de redes, da embarcação, técnicas de pescar e de maricultura, além da venda a atacado e a varejo nos setores de comércio urbano.

Os pescadores de Atafona e Barra do Açu (outra praia do município de São João da Barra, RJ) são representados pela Colônia de Pescadores Z-2 em que são cadastrados 1.000 associados (distribuídos entre pescadores e catadores de caranguejo). São em sua maioria do sexo masculino e com baixo nível de escolaridade, mas apesar da predominância masculina na pesca artesanal, as esposas também atuam na atividade, participando, por exemplo, no beneficiamento do pescado. Mesmo contribuindo com a renda familiar, a maioria destas esposas não se reconhece como trabalhadora vinculada à pesca artesanal (ZAPPES *et al.*, 2016).

De acordo com os mesmos autores, as espécies- alvo capturadas pela pesca artesanal praticadas na comunidade de Atafona são Pescada (*Merluccius capensis*), Corvina (*Argyrosomus regius*), Pescadinha (*Cynoscion acoupa*), Papa terra (*Menticirrhus*), Anchova (*Engraulidae*), Tainha (*Mugilidae*), Bagre (*Siluriformes*), Sarda (*Sarda - sarda*), Baiacu (*Sphoeroides maculatus*), Dourado (*Salminus brasiliensis*), Peroá (*Balistes capriscus*), Pitangola (*Seriola Rivoliana*), Badejo (*Mycteroperca bonaci*), Garoupa (*Epinephelinae*), Cherne (*Epinephelus niveatus*), Robalo (*Centropomus undecimalis*), Bijupirá (*Rachycentron canadum*), Carapeba (*Diapterus rhombeus*), Cação (*Selachimorpha*), Camarão Sete- barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*).

Este estudo foi realizado com uma abordagem qualitativa, que para Minayo e Sanchez (1993), realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

A escolha da amostra qualitativa seguiu os seguintes critérios: pescadores homens e mulheres com exercício ativo da profissão, com idade superior a 18 (dezoito) anos com experiência de, no mínimo, cinco anos de pesca, esposas de pescadores que vivem da pesca ou do produto desta.

A partir da escolha da amostra foram realizadas visitas aos pescadores da comunidade de Atafona. Essas visitas contaram com a aplicação de entrevista semiestruturada que consiste, para Boni e Quaresma (2005), em combinar perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. As entrevistas foram gravadas e os textos e narrativas utilizados para análise. É importante salientar que os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (vide anexo 1), que é definido pela Resolução 510/ 2016 do CNS como a anuência do participante da pesquisa ou de seu representante legal, livre de simulação, fraude, erro ou intimidação, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos (CNS 2016). Apesar dos Termos de Consentimento assinados, optou-se por manter em sigilo seus nomes, mantendo sua identificação como entrevistado 1, entrevistado 2, entrevistado 3 e assim sucessivamente.

A entrevista semiestruturada foi realizada seguindo o roteiro do Anexo I. Esse roteiro foi trabalhado com as seguintes questões centrais: identificação do pescador; processo de trabalho; riscos envolvidos no trabalho; mudanças no trabalho após a chegada do Porto do Açú; impactos ambientais.

“Para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral [...] assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador” (VINUTO, 2015, p.203).

No início do trabalho pretendia-se entrevistar cerca de 20 (vinte) pescadores. No entanto, como os resultados obtidos nas respostas começaram a se tornar repetitivos, esse número foi menor. Desta forma optou-se por encerrar as entrevistas obedecendo a técnica de fechamento amostral por saturação teórica que é operacionalmente definido por Fontanella *et al.* (2008), como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados.

Durante as entrevistas foi possível entender como são enfrentadas as transformações que ocorreram e ocorrem no cotidiano do trabalho dos pescadores. As entrevistas foram gravadas e posteriormente repassadas para a escrita. Essas entrevistas se estenderam por tempo variável, de acordo com o local em que o pescador era entrevistado, com a disponibilidade que cada um tinha para responder. As entrevistas foram gravadas individualmente a fim de evitar interferências nas respostas.

Outro instrumento utilizado foi o diário de campo para anotações sobre as observações das condições ambientais, de trabalho e saúde. Para Oliveira (2010), a observação é o instrumento que mais fornece detalhes ao pesquisador, por basear-se na descrição e para tanto utilizar-se de todos os cinco sentidos humanos.

Após a realização desta etapa, foi dado início à etapa tão importante quanto a etapa de construção do estudo, a análise dos dados coletados, sistematização do que foi levantado, ouvido, observado, realizando uma correlação com o referencial teórico com o objetivo de concluir claramente a pesquisa de acordo com os objetivos propostos.

De acordo com Alves e Silva (1992), o momento de sistematização é, pois, um movimento constante, em várias direções: das questões para a realidade, desta para a abordagem conceitual, da literatura para os dados, se repetindo até que a análise atinja pontos de “desenho significativo de um quadro”, multifacetado sim, mas passível de visões compreensíveis.

Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin, entendida por Gomes (2016), como uma técnica onde podemos seguir uma linha de trabalho na descoberta do que está por trás dos conteúdos expostos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.

Na tentativa de trazer um resultado mais detalhado das entrevistas realizadas, foi utilizada a técnica de análise temática que como o próprio nome indica, o conceito central é o tema. Esta técnica foi aplicada respeitando o proposto por Gomes (2016) com as seguintes etapas: Na primeira etapa, chamada de pré-análise, realizando uma leitura compreensiva do conjunto do material selecionado, de forma exaustiva. Na segunda etapa do processo realizamos uma exploração do material, aqui encontrar-se há a análise propriamente dita onde foram distribuídos trechos, frases ou fragmentos de cada texto de análise de acordo com uma classificação prévia, realização de leitura e diálogo entre estes trechos, reagrupamento das partes dos textos por temas encontrados; elaboração de uma redação por tema de modo a dar conta dos sentidos dos textos e de sua articulação com o referencial teórico orientador da pesquisa; e, como etapa final o tratamento dos resultados através de uma síntese interpretativa exposta em uma redação que possa dialogar temas com objetivos, questões e pressupostos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de Outubro de 2018 e Fevereiro de 2019.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da ENSP (Escola Nacional de Saúde Pública) da FIOCRUZ (Fundação Instituto Oswaldo Cruz), de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde de nº 466 de 12 de dezembro de 2012, bem como a resolução 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde que tratam da Ética em Pesquisa. Sendo aprovado no dia 11 de setembro de 2018, CAAE número 92127018.7.00005240.

## CAPITULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 3.1. Os sujeitos e o cenário da pesquisa

A pesquisa foi realizada na região do Pontal de Atafona, Município de São João da Barra, Rio de Janeiro. Foram entrevistados doze pescadores com faixa etária entre 26 (vinte e seis) e 66 (sessenta e seis) anos de idade que tinham entre 06 (seis) e 50 (cinquenta) anos de trabalho com a pesca (Quadro 2). Além destes pescadores, foram também entrevistadas três esposas de pescadores que trabalham direta e indiretamente com o produto da pesca ou vivem na dependência total da atividade do companheiro.

Dentre os pescadores entrevistados, quatro são donos das embarcações também chamados de mestre, um deles motorista (mecânico) do barco, um trabalha como camarada, mas quando necessário é direcionado a resolver os problemas mecânicos do barco, além de ajudar na pesca e os demais são camaradas. A tripulação dos barcos varia de acordo com o tamanho da embarcação e vai de 2 a 6 pescadores por embarcação. Alguns pertencem à mesma família (irmãos), mas a grande maioria não tem relação familiar.

**Quadro 2-** Apresentação do Perfil dos Sujeitos da Pesquisa de acordo com sexo, idade, função no trabalho da pesca ou no beneficiamento, tempo de atividade e participação familiar na atividade.

Entrevistado	Sexo	Função	Idade	Tempo de atividade em anos	Conta com a Participação da Família na atividade ou no beneficiamento.
Entrevistado 1	Masculino	Camarada	29	6	Não
Entrevistado 2	Masculino	Mestre	45	20	Sim
Entrevistado 3	Masculino	Motorista	40	26	Não
Entrevistado 4	Masculino	Mestre	28	14	Sim
Entrevistado 5	Masculino	Contra- mestre	33	10	Não
Entrevistado 6	Masculino	Contra- mestre	43	26	Sim
Entrevistado 7	Masculino	Mestre	50	38	Sim

Entrevistado 8	Feminino	Esposa	38	-	Sim
Entrevistado 9	Masculino	Mestre	57	40	Sim
Entrevistado 10	Masculino	Mestre	43	39	Não
Entrevistado 11	Masculino	Mestre	60	40	Sim
Entrevistado 12	Feminino	Esposa	31	-	Sim
Entrevistado 13	Feminino	Esposa	22	-	Sim
Entrevistado 14	Masculino	Camarada	24	9	Sim
Entrevistado 15	Masculino	Camarada	28	5	Não

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Durante o processo de coleta de dados desta pesquisa foi possível perceber o quanto os entrevistados são agregados ao cenário local, onde realizam suas tarefas, atividades de lazer, dentre outras atividades ali mesmo no entorno do entreposto (Figura 6). Neste mesmo local eles realizam todas as tarefas que envolvem o processo da pescaria enquanto estão em terra. Respondiam à entrevista ao mesmo tempo em que descansavam para retornar à rotina de preparo da embarcação para “ir para o mar” (expressão muito utilizada pelos pescadores quando se referem ao momento em que saem para pescar). Alguns abriram suas residências para a realização da entrevista, residências estas bem próximas ao local. Muitos ancoram seus barcos no “quintal” de suas casas que ficam a margem do rio.

**Figura 6** – Foto das embarcações ancoradas no entreposto e nos fundos das residências no Pontal de Atafona. Fonte: Arquivo da autora.



Denominado Entreposto Pesqueiro de Atafona, esse espaço foi criado através de uma parceria do poder público municipal, as empresas Ferroport (responsável pela operação de

minério de ferro no Terminal 1) e Porto do Açú (responsável pelo desenvolvimento do porto e pelas operações do Terminal 2).

“O entreposto pesqueiro foi projetado para possibilitar o fornecimento de produtos com maior qualidade, agregar valor ao pescado e diminuir os custos logísticos, melhorando as condições de comercialização. Conta com área total de 3,1 mil m<sup>2</sup>, sendo cerca de 1 mil m<sup>2</sup> de área construída. O entreposto terá câmara frigorífica, fábrica de gelo, área para seleção de peixes, sala para serviços administrativos, vestiários, píer de atracação para carga e descarga, balcão frigorífico, áreas de estacionamento e estação de tratamento de efluentes (ETE)”. (SECOM- SJB Secretaria de Comunicação de São João da Barra – online)

A construção do entreposto foi anunciada em fevereiro de 2009 e até hoje não conseguiram definir qual será o modelo de gestão. Chama atenção o fato de o entreposto ser apresentado como “parte das iniciativas voluntárias de apoio à pesca”, uma vez que, à época da parceria entre a antiga LLX e Prefeitura foi anunciado como compensação à atividade econômica, que sofre com os impactos da instalação do Porto do Açú. (Jornal Folha da Manhã – online 18/09/2017).

Realizar as entrevistas no Entreposto e entender o real motivo de sua construção foi de grande importância para compreender o processo de trabalho dos pescadores de atafona, bem como as dificuldades agregadas a este processo de trabalho. O Entreposto funcionando em sua totalidade como foi proposto inicialmente, certamente, fortaleceria as redes sociais de solidariedade e amenizaria muitas questões que dificultam o dia a dia dos pescadores.

### **3.2. O processo de trabalho dos pescadores do pontal de Atafona**

A pesca em Atafona se realiza em mar aberto, com embarcações que variam de sete a quinze metros de comprimento. O material utilizado na pesca é a rede de cerco e a rede de arrasto, além da pescaria de linha e arpão e a rede de espera (Quadro 3).

**Quadro 3** – Apresentação das embarcações quanto ao tamanho e dos apetrechos utilizados no processo da pesca praticada pelos pescadores entrevistados. Fonte: Dados da pesquisa (2018).

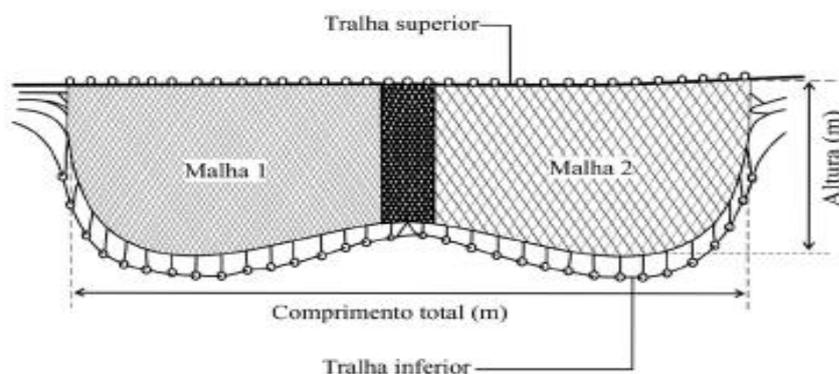
<b>Entrevistado</b>	<b>Tamanho da Embarcação</b>	<b>Apetrechos</b>
Entrevistado 1	12 m	Rede de Cerco
Entrevistado 2	10 m	Rede de Arrasto*
Entrevistado 3	15 m	Rede de Cerco
Entrevistado 4	12 m	Rede de Cerco
Entrevistado 5	12 m	Rede de Cerco
Entrevistado 6	11 m	Rede de Arrasto
Entrevistado 7	9,5 m	Rede de Arrasto*
Entrevistado 9	14 m	Linha/ arpão
Entrevistado 10	15 m	Rede de Arrasto
Entrevistado 11	7 m	Rede de Espera
Entrevistado 14	15 m	Rede de Cerco
Entrevistado 15	12 m	Rede de Cerco

\*arrasto de camarão

Em estudo realizado Begot *et al.* (2015), definiram em linhas gerais a rede de cerco (Figura 7) como sendo uma superfície de malhas com uma tralha superior (cabo de boias) e uma tralha inferior (cabo de chumbos). Este material realiza a captura de peixes circundando-os e os aprisionando na rede, a qual adquire o formato de um saco através do fechamento de um cabo inferior - a retinida.

A rede de arrasto, por sua vez, é definida por Zappes *et al.* (2016), como rede de arrasto de fundo ou de camarão que mede 10 a 13 m de comprimento, 9 m de abertura horizontal na boca da rede e 20 a 30 mm de malha. Esse tipo de material, segundo relato dos pescadores permite a pesca de espécies que ficam nas regiões mais profundas e é também utilizada para a pesca de camarão. Para recolher a rede de arrasto é utilizado um guincho que fica instalado no meio do convés (figura 8).

**Figura 7:** Esquema da rede de cerco com retinida utilizada pelas embarcações em São João da Barra/RJ.



Fonte: BEGOT *et al.*, 2015 (P.:80)

**Figura 8:** Guincho utilizado para recolher a rede de arrasto



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Durante a pesquisa foi possível observar que o processo de trabalho dos pescadores de atafona envolve várias etapas como a preparação do barco para a pesca, o abastecimento com combustível, alimentação e gelo para conservar o pescado, além de revisão da mecânica do motor do barco. Tudo isso acontece muitas vezes durante a madrugada, pois os pescadores não têm horário certo para sair para pescar, variando de acordo com o tipo de embarcação, do pescado e do local onde irão pescar. Da mesma forma, ao retornarem do mar eles se envolvem em várias atividades para garantir a saída para a nova pescaria:

*“O trabalho não termina em alto mar, a gente chega tem que descarregar o barco, tem a questão de descarregar o pescado e tem a manutenção do barco que os pescadores se encarregam em fazer. [...] Manutenção de máquina, motor do barco,*

*preparar o barco para a próxima viagem. Repor material que foi gasto, alimentação, óleo gelo e as vezes algum reparo que tem que fazer no barco”. (Entrevistado 1)*

O relato acima vai de encontro à definição de pescadores dada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Convenção 188 (2007), que diz que os mesmos são definidos como trabalhadores que se dedicam a todo o processo do setor pesqueiro, desde a captura de pescado até tarefas diversas relacionadas a ela. Da mesma forma essa organização econômica e social do pescador corresponde ao também definido pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), citado anteriormente.

Para Ramalho (2004), independente de ser o dono do barco ou da rede, é próprio do pescador dominar as várias etapas relacionadas ao seu processo de trabalho a fim de que o mesmo seja exercido com qualidade.

Os barcos maiores (quinze metros) contam com um pescador que fica responsável pela mecânica e quando algo dá errado o problema é resolvido muitas vezes em alto mar.

*“ Minha função do barco é motorista, cuidar do motor [...] vê se o motor tá tudo em dia com o camburão para não bater o motor [...] se der problema tem que descer para ver o que é, se é cabo da bateria, o óleo também acaba, só pode ser uma coisa dessa”. (Entrevistado 3)*

Ao serem indagados sobre a hora que saem para pescar muitos demonstravam uma expressão de incerteza que deixava claro as dificuldades enfrentadas devido aos fatores externos ao seu trabalho (diário de campo).

A influência das condições do mar são uma constante na vida destes pescadores. Se a maré está muito baixa, eles não conseguem sair para pescar, principalmente agora que os bancos de areia no canal de passagem estão aumentando devido a questão do assoreamento causado

pelo desequilíbrio ambiental que já existe no local há mais de cinquenta anos. Assim, não existe uma hora fixada para a jornada de trabalho a variação é de acordo com o tempo:

*“Uma Hora (horário de saída de um deles para pescar) mais ou menos, depende da maré, porque hoje em dia a nossa barra está muito seca e o rio muito assoliado, então a gente tem que sair praticamente na maré (sair na maré significa quando a maré está mais alta). Nós que temos barco pequeno sai na maré, imagina quem tem um barco grande só pra sair”.*(expressão de tristeza). (Entrevistado 2)

Pena *et al.*(2011) corroboram com essa realidade exposta pelos pescadores quando descrevem em seu estudo que a percepção das condições do tempo é fundamental quando diz respeito ao trabalho dos pescadores. Para eles, relacionar as complexas variações do tempo e sua influência nos movimentos das marés é de suma importância na organização do trabalho. A relação dos pescadores com os elementos da natureza, o ciclo das marés, as estações do ano e o ciclo lunar tem uma influencia direta na produção de acordo com o saber tradicional dos pescadores (Pena, Martins e Rego, 2013). Assim, a tábua das marés representa o norte para a organização das tarefas relacionadas à dinâmica do trabalho na pesca artesanal.

Em outro estudo, Ramalho (2011) descreve que a percepção do tempo para o sucesso ou o fracasso de uma pescaria é algo arraigado ao cotidiano do pescador. Cita em seu estudo que o vento ao tocar a pele do pescador ou ao se reproduzir visualmente nos movimentos das marés já deixa claro se é um vento bom ou mau para a pescaria.

Dos pescadores entrevistados os que pescam exclusivamente camarão geralmente vão e voltam no mesmo dia. Já os que pescam em barcos maiores com rede de cerco o tempo de pescaria está diretamente ligado ao sucesso da pesca:

*“A gente reúne a tripulação toda, abastece o barco com mantimento, água, gelo, óleo e a gente marca a hora certa e sai pro mar, não tem previsão de vinda não”* (entrevistado 4).

Segundo eles, se as condições do tempo e do mar permitirem, pescam todos os dias da semana, ficando de folga apenas aos fins de semana. Observa-se, portanto, que o tempo de trabalho é definido pela natureza. Não existe uma certeza sobre a duração da jornada, a influência dos fatores naturais é percebida constantemente na fala dos entrevistados:

*“No máximo a gente fica três, cinco dias, dependendo da quadra porque tá com pouca quadra pra gente trabalhar”* (entrevistado 5).

Ainda sobre a relação entre as condições do tempo e o trabalho o entrevistado nº 6 relata:

*“Depende da variedade de pescaria, porque a gente trabalha ou de arrasto de camarão, ou de peixe ou de rede de espera. Cada pescaria desse tem uma função, a de camarão vai e volta todo dia, sai de madrugada e volta a tarde, já a rede de espera, a gente fica no mar 4 a 5 dias.”* (Entrevistado 6)

Em uma interpretação de Begossi (1992) e Diegues (1988) *apud* Ramires *et al.* (2012, p. 37), corroboram com os achados neste estudo sobre a influência do tempo na pesca:

*“O ambiente natural de exploração da pesca artesanal sofre constantes mudanças, contudo as atividades estão restritas ao limite imposto pelo meio ambiente, relacionados por vezes ao baixo esforço de pesca e incertezas de clima, tempo, viabilidade de peixes, entre outros fatores que alteram as estratégias utilizadas e as viagens em busca do pescado.”*

Sobre o processo de venda do pescado foi observado que a dificuldade permanece e, que não há um equilíbrio econômico fruto da venda do pescado tudo isso atrelado às condições adversas no desembarque e na venda do pescado e ao grande investimento que precisa ser feito em insumos ao sair para pescar. Quase todos pescadores entrevistados relataram que o pescado é vendido como chega do mar, não existe um preparo específico, eles apenas são conservados no gelo.

O gelo é um dos investimentos feito pelos pescadores ao sair para pescar e é um insumo indispensável para a pesca para garantir a integridade do pescado durante o armazenamento. O alto valor que é cobrado no gelo é uma das insatisfações do pescador.

Em estudo realizado na mesma região, Ribeiro e Boden (2012, p. 135), evidenciaram que:

“Indicativos da abordagem baseada no método da Pesquisa-Ação apontaram para uma organização produtiva desigual, já que o pescador se apresenta sempre fragilizado em relação aos seus fornecedores e aos seus clientes finais”.

Sobre a conservação do pescado, a exceção fica por conta dos pescadores de camarão que lançam mão de um produto químico para conservação do pescado, o sulfito.

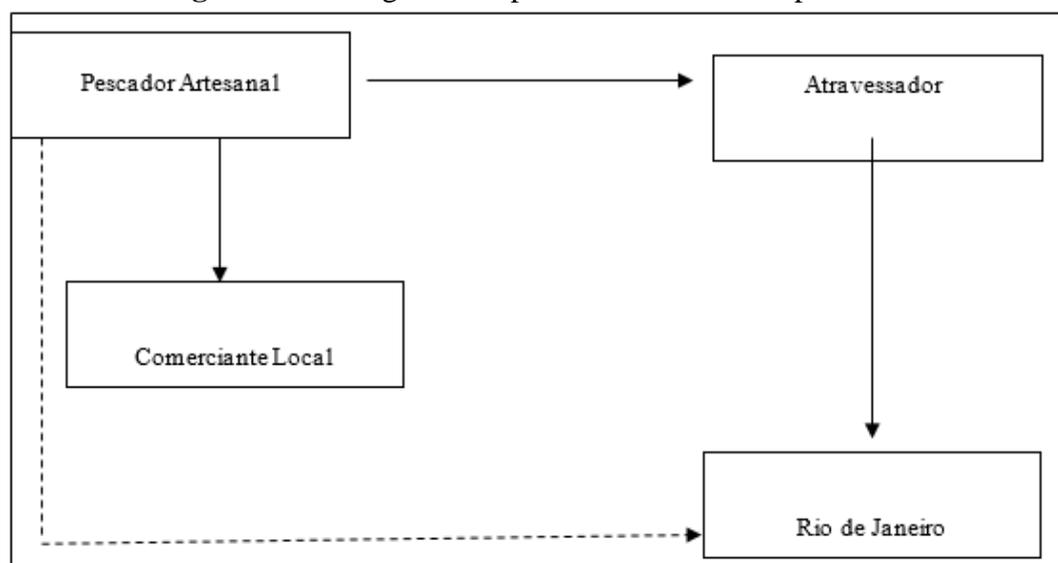
Segundo Ogawa *et al.* (2003), os sulfitos são produtos usados no beneficiamento da pesca de camarão que atuam como inibidores da reação oxienzimática de escurecimento, desencadeadora da melanose em crustáceos.

*“Algumas considerações foram feitas sobre o processo de venda do pescado: “é vendido direto [...] coloca no gelo e do jeito que a gente pega, vende”. (Entrevistado 5), “do jeito que vem do mar, mas tem um processo de que a gente escolhe o camarão, a gente gela, quando a gente gela 3, 4 dias, a gente coloca um pouco de sulfito [...] se ficar muito tempo no mar escurece, aí um pouquinho que a gente coloca não empretece e dura mais um tempinho.” (Entrevistado 2)*

Ainda sobre o desembarque e venda do pescado foi possível observar que existem três processos. O primeiro diz respeito aos pescadores que têm condições de pagar fretam um caminhão frigorífico e preferem levar o pescado para ser vendido na cidade do Rio de Janeiro: “A gente freta um caminhão para levar direto pro Rio pra não precisar pagar um atravessador [...] dependendo do peixe reúne até três, quatro barcos para fretar um caminhão e levar.” (Entrevistado 4). O segundo processo é observado nos que não têm condições de fretar um

transporte adequado para vender o pescado em outra cidade, e vendem o pescado ali mesmo no entreposto aos atravessadores ou ao comerciante local. O fluxograma a seguir (Figura 9) ilustra dois processos de venda do pescado, com exceção do camarão.

**Figura 9** - Fluxograma do processo de venda do pescado.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

*“O terceiro processo de desembarque e venda envolve os pescadores de camarão, os quais levam seu produto da pesca para descarregar e ser vendido no porto de Gargaú: “em atafona é muito difícil a gente vender o camarão aqui, é mais Gargaú mesmo”. (Entrevistado 2), “lá em Gargaú, porque aqui não tem comércio”. (Entrevistado 7).*

A remuneração desses pescadores, também chamada de quinhão está diretamente ligada ao sucesso da pesca. No entanto o método que eles utilizam para ratear o dinheiro resultante da pesca e, assim, remunerar os pescadores é o seguinte:

Do dinheiro resultante da venda do pescado, é retirado o valor do investimento inicial com abastecimento, rancho, etc. e o valor que sobra é rateado entre os tripulantes do barco. Isso gera uma remuneração mensal variável, de acordo com os relatos. Os pescadores que trabalham nos barcos de pequeno porte (7 m a 10 m), em meses de “boa pescaria” conseguem lucrar uma média de 4 salários mínimos, já os pescadores que trabalham nos barcos de grande porte (12 m a 15 m) lucram em média 5 salários mínimos nesta mesma situação. Em contrapartida, nos

meses em que a pescaria está “ruim a média salarial de um pescador de barco de pequeno porte é de 1,5 salário mínimo e de um pescador de barco de grande porte (quinze metros) pode chegar a 2 salários mínimos.

Observa-se assim uma variação na remuneração destes trabalhadores o que causa uma instabilidade financeira, além de não existir qualquer respaldo ou amparo trabalhista devido à característica da insegurança econômica.

Em estudo anterior da mesma região Zappes *et al.* (2016), identificaram que a maior parte dos pescadores demonstrou interesse em trabalhar em outra atividade profissional, principalmente em oportunidades oferecidas a partir do próprio CLIPA vislumbrando uma rotina de trabalho pré- estabelecida, estabilidade financeira e garantia de direitos trabalhistas.

É visível a falta de incentivo dos pais pescadores para que seus filhos sigam sua profissão. Um ofício que, durante muito tempo conservou características de envolvimento familiar, trabalho passado de pai para filho, hoje já não é mais assim. Os pais incentivam seus filhos a estudar, adquirirem conhecimento e formação em profissões que os possibilitem desfrutar das ofertas de emprego do Porto do Açú. Essa realidade encontrada condiz com a mesma no estudo citado anteriormente, onde as esposas dos pescadores relataram que não incentivam seus filhos a trabalharem com a pesca, e sim a buscar capacitação em outras atividades. Da mesma forma, o mesmo estudo mostrou a falta de vontade dos filhos em seguirem os passos dos pais na profissão de pescador.

Uma das esposas de pescador entrevistada trabalha diretamente com a venda de parte do pescado pelo esposo e por outros pescadores. Além das tarefas domésticas, ela limpa e vende os peixes para melhorar a renda da família, como explica:

*“Eu cuido da casa, das crianças e depois chega os peixes pra limpar, meu marido chega do mar, eu limpo os peixes e saio vendendo, vou nos restaurantes, ofereço 10kgs a um, 15 a outro para ajudar na renda de casa”.* (Entrevistada 8)

Mesmo trabalhando no beneficiamento da pesca a maioria das esposas de pescadores não se sentem vinculadas à pesca salientam Zappes *et al.* (2016).

No Estado da Bahia onde em estudo, Pena e Gomez (2014) trouxeram que o papel da mulher gira em torno do preparo do produto da pesca para ser comercializado, além da dedicação as atividades domésticas, enquanto o homem se dedica às atividades da pesca o que colabora com os achados deste estudo.

### **3.3. O Porto do Açú e suas consequências**

As consequências da construção do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú se tornaram bastante claras durante o percurso da pesquisa. Sempre que entrávamos nesta discussão as falas eram compatíveis quase na totalidade, permitindo, assim, conforme descrito na metodologia, lançar mão do método de saturação.

Os pescadores entrevistados deixaram claro a queda da produção com a diminuição do pesqueiro, com exceção dos pescadores de camarão, que não viram mudança em suas vidas após a instalação do complexo portuário.

Ao relatar a grande mudança ocorrida em sua vida e processo de trabalho, os pescadores expressavam um misto de tristeza e falta de esperança no trabalho (informações do diário de campo). Relataram muita diferença entre o antes e o depois da instalação do complexo. Nesse momento da entrevista, era nítido o olhar de “desilusão” dos pescadores sobre a melhora das condições de trabalho naquela região. Demonstaram claramente que hoje, mais do que nunca, saem para trabalhar movidos pela fé, pois a religiosidade é muito presente naquela região. (informações do diário de campo).

A ideia de diminuição do pesqueiro e da diminuição do pescado é defendida por muitos deles:

*“Diminuiu muito o território de pesca [...] alguns lugares teve impacto, que diminuiu a produção de peixe e alguma coisa [...] e agora pra peixe a área ficou restrita, aonde fez o porto perdeu umas 10 milhas pra dentro do mar e umas 10 milhas pro norte na área do peixe, porque era um lugar que você arrastava e hoje não arrasta mais desde que eles estão ali”.* (Entrevistado 6)

Assim como na Baía de Sepetiba (RJ, Brasil), as consequências das instalações portuárias são evidentes na vida dos pescadores artesanais de Atafona. Freitas e Rodrigues (2014) corroboram com os achados deste estudo. De acordo com os autores a realidade instalada na região da Baía de Sepetiba contribuiu negativamente com a produção pesqueira devido a restrição da pesca nos lugares denominados pelos pescadores como pesqueiro.

Em contrapartida, os pescadores de camarão relatam não ter sofrido diminuição na produção, ao contrário disso, eles alegam melhora na produção com a chegada do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú:

*“ Eu vou responder assim, como eu já dei várias entrevistas que eu falei, vou falar a mesma coisa, pra área de camarão melhorou bastante, agora pra área de peixe, pessoal que trabalha com rede caindo, aí ficou difícil, pro pessoal de rede não ficou bom não, mas pra área do camarão melhorou bastante. Porque antigamente antes de fazer o porto, ninguém ficava três, quatro noites lá, pescava e vinha embora, agora não, o pessoal pega bastante gelo e óleo e leva 1 semana pescando, a pescaria rende mais e não precisa voltar pra pescar de novo e a quantidade de camarão aumentou muito ”.* (Entrevistado 7)

Esse relato se distancia do esperado para essa área de construção e implantação do Porto do Açú conforme delineado por SOUZA (2010, P. 37), ao analisar a área como um território de reprodução de camarão- sete- barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*):

“Este fato evidencia um potencial conflito entre as atividades de implantação do porto no Açú e as atividades da pesca de camarão nesta área, visto que o procedimento de aprofundamento dos canais se dá através da dragagem realizada exatamente nos

depósitos de sedimentos moles na região, ou seja, o local de reprodução do camarão-sete-barbas, configurando um impacto direto nas populações de camarão da região”.

Ainda sobre a interferência do empreendimento sobre a pesca outro pescador, em um tom de angústia, desabafa:

*“Era muito melhor, porque ali era o pesqueiro nosso, onde o peixe ficava e fica até hoje, tanto que todo mundo que trabalha lá vê. [...] atrapalhou muito, agora pra gente tem um local de pesca é difícil, difícil encontrar, a gente procura aí, Deus abençoa quando apanha, ontem mesmo no mar não fizemos nem pra pagar a despesa”.*  
(Entrevistado 5)

A restrição do local de pesca e a consequente diminuição do pesqueiro estão tornando a pesca na região mais escassa e, de acordo com outros estudos realizados, essa já era uma situação esperada pelos pescadores de Atafona conforme visto por Zappes *et al.* (2016):

”Em relação ao futuro da pesca artesanal na região frente às atividades do CLIPA, os pescadores de Atafona acreditam que com o tráfego de navios no porto a fauna marinha se afastará da costa, e com isso a pesca artesanal precisará alterar suas áreas de atuação preferenciais. [...] também mencionaram que a pesca artesanal será inviável com o passar do tempo.”

Além dos impactos causados no território de pesca com a construção do complexo, existe também o período de dragagem para aprofundamento dos canais de acesso aos terminais do porto. Essas dragagens colocam em risco o trânsito de embarcações menores na região. A dragagem atual teve início em Fevereiro de 2019 e terá duração de aproximadamente sete meses.

As dragas removem a areia e a lama do fundo marinho, por meio de tubulações fixadas nos bordos da embarcação. Durante a dragagem o material é armazenado na cisterna da draga, até seu enchimento (Figura 10). Depois, a draga navega até a área de bota- fora marinho (Figura 11), descartando o material dragado e retornando novamente à área de dragagem para iniciar novo ciclo.



Para os pescadores essa ação contribui fortemente para diminuir ainda mais a quantidade do pescado:

*“tem uma dragagem que vai ficar pronta onde tem peixe, mas a gente não vai poder entrar, vai dragar lá dentro e vai descartar lá fora e o peixe sai tudo”. (Entrevistado3)*

Conforme trazido por Souza (2010), o local destinado ao bota-fora marinho comporta um pesqueiro importante da região. Desta forma, existe uma grande necessidade de estudos mais profundos e de ações que contribuam com a gestão desses conflitos, colaborando para sua redução.

O prejuízo financeiro acompanha toda essa mudança, pois antes se pescava muito mais do que hoje, saíam para o mar na certeza de muito peixe e hoje tentam retornar para ao menos cobrir o investimento que fizeram para sair para pescar. Existe um alto investimento para mantê-los no mar pescando e isso está também atrelado ao alto valor do combustível que abastece os barcos.

Ao ser interrogado sobre a média de valor que investe antes da partida, um deles deixou claro sobre o prejuízo que levou:

*“Dois mil e quinhentos reais pra sair (investimento), essa semana mesmo, em cinco dias de mar peguei duas caixas (de peixe), eu não paguei nem o arroz que nós levamos”.* (Entrevistado 4)

Colaborando com esta afirmação, o estudo de Coutinho (2009), relata como impacto socioeconômico da atividade portuária a diminuição da renda dos pescadores, considerando a alteração do território de pesca e também a diminuição dos estoques pesqueiros.

Com naturalidade todos falavam das questões relacionadas ao avanço do mar, mas sem relacionar o avanço à construção do Complexo Portuário. No entanto, sentem falta de políticas públicas que os ajudem a amenizar este problema que tanto interfere no dia-a-dia de trabalho. A influência do avanço do mar é muito grande na saída e no retorno destes pescadores para casa.

Os fatos observados durante o processo de entrevistas foram delineando uma realidade vivida pela população pesqueira de Atafona no que diz respeito a um distanciamento na participação da tomada de decisões em torno da construção de Políticas Públicas na região que de fato beneficiem aquele lugar tanto no que diz respeito à contenção do avanço do mar quanto a outras questões que interferem diretamente a qualidade de vida daqueles pescadores.

A importância da participação da comunidade está cada vez mais comprovada no tocante da formulação de ações que contribuam para o seu desenvolvimento, porém que não tragam consigo prejuízos maiores que os benefícios.

Millon (2010), corrobora com esse pensamento trazendo a importância do entrosamento entre os membros da gestão pública e a população, no entanto, para ela esta realidade ainda é algo um pouco distante e ainda diverge do que é defendido pela Constituição Federal que é a participação popular na construção de Políticas Públicas.

Ainda que uma parte da população de Atafona (minoridade) se sinta privilegiada com a construção do Porto do Açú, isso não é uma realidade vista por todos os lados. O que observa-se é a falta de informação e o prejuízo crescente em torno das condições de vida e trabalho de muitos.

### **3.4. Considerações sobre riscos relacionados à atividade**

Observou-se com a pesquisa que muitos pescadores iniciam as atividades muito cedo, o que os tornam mais expostos às agressões oferecidas naturalmente pela atividade pesqueira como a exposição solar constante, às baixas temperaturas durante a madrugada, bem como às tempestades e aos riscos de acidente e exposição aos fatores de risco para adoecimento.

Apesar de evidente essa associação, ainda é claro que um ou outro pescador não admite adoecer pelo trabalho. O desconhecimento e a falta de informação a respeito de determinadas doenças é claro. Um deles, com apenas quarenta e três anos de idade, já possui vinte e seis anos

de pesca e ao ser questionado acerca de sua saúde deixa claro que nunca adoeceu pelo trabalho e que não tem nenhum problema de saúde:

*“Pressão alta eu tenho, mas não é disso não”.* (Entrevistado 6)

Entretanto, em estudo de revisão de literatura a respeito dos fatores de riscos ocupacionais relacionados à hipertensão arterial, Andrade e Fernandes (2016) afirmam que, existe sim uma provável relação entre trabalho em turnos e hipertensão arterial, visto que seis dos sete estudos sobre o tema apontam essa associação. Conforme visto anteriormente os pescadores realizam trabalhos em turnos ao passarem cinco dias ou mais em alto mar pescando.

Em contrapartida existem aqueles que sabem exatamente o quanto estão expostos ao adoecimento:

*“Adoece, muita friagem, dia e noite na pescaria nossa, de dia sol e a noite esfria, é muita friagem, resfria muito”.* (Entrevistado 3)

Aqui é bem pertinente lembrar a reflexão de Rios *et al.* (2011), falando sobre a exposição à condições de risco:

“Esses trabalhadores estão sujeitos a fatores de risco como radiação solar, frio, calor e excesso de umidade e agravos a sua saúde, sendo acometidos por lesões de pele, distúrbios musculoesqueléticos, alergias e outras.”

O estresse e os agravos à saúde mental também estão presentes e a associação direta a isso está ao fato da diminuição da quantidade de peixes, aumento do prejuízo, medo de acidentes em alto mar depois da chegada do porto.

*“Tempestade, vento e navio que tem não rota certa pra nós, muito navio e muito rebocador. Às vezes a gente deixa de largar o material pra esperar um navio rebocador passar com medo, porque eles passam pertinho, a gente evita de passar*

*perto dele, espera passar primeiro. Ficar dia e noite sem dormir, preocupação na cabeça com o que vai pegar, pagar despesa, cobrir, aí o estresse é constante”.*  
(Entrevistado 4)

Neste contexto vale associar uma passagem do estudo de Hessel *et al.* (2012) onde a mesma que faz uma associação entre o evento emocional (ansiedade) e os fatores ambientais a que o indivíduo se encontra constantemente exposto.

Os entrevistados fazem uma breve explicação sobre o que conseguem perceber no que diz respeito ao comprometimento psíquico dos pescadores conhecidos:

*“Eu não gosto nem de citar nome de ninguém, mas várias pessoas já ficaram devido o trabalho, perde noite de sono, porque nosso trabalho é estressante, queira ou não queira, muita gente já ficou assim (depressão)”.* (Entrevistado 2).

*“Tem um bichinho que ficou doido aí, ele fica falando sozinho aí ”* (Entrevistado 3).

*“ Estresse, você fica estressado, trabalha mais, fica mais tempo fora de casa, longe da família e isso afeta a saúde mental”.*(Entrevistado 1); *“Se na terra é perigoso, imagina no mar que não tem cabelo [...] ainda mais esse porto aí que fez, prejudicou mais ainda, a gente tem que ficar acordado 24 horas vigiando eles (os navios). [...] Descansa não, só Deus mesmo”.* (Entrevistado 5).

Para Prado (2016), a caracterização de um fenômeno de estresse depende da percepção do indivíduo em avaliar os eventos como estressores, portanto o cognitivo tem papel importante no processo que ocorre entre os estímulos potencialmente estressores e as respostas do indivíduo a eles. Tais estímulos estressores neste caso estão presentes na fala do entrevistado 2 ao enfatizar o caráter estressante da atividade pesqueira. Nos extratos das narrativas acima observa-se possibilidade de ocorrências de doenças mentais como depressão, distúrbios psíquicos relacionados às consequências das atividades da pesca. Neste contexto, fica claro, na prática o trazido por Pelegrini-Reis *et al.* (2010), em seu estudo sobre estresse no que diz respeito às influências dos desajustes do ambiente na resposta psicológica indivíduo.

As queixas relacionadas a problemas osteomusculares são constantes, a atividade pesqueira exige muita força física por parte dos pescadores e isso com o longo tempo de exposição ao risco acabam por afetar demais a saúde deles:

*“Sinto dor nas costas, eu tive uma lesão, peguei peso além do que eu podia pegar, mas na hora e nas condições eu tive que pegar e acabei me acidentando, procurei um ortopedista, mas com a viração do tempo eu sinto”.* (Entrevistado 1).

O tempo de dedicação a atividade em alto mar e também o tipo de apetrecho utilizado para a realização do trabalho influencia bastante no aparecimento de lesões:

*“Tirando o problema do braço, eu operei (ligamento rompido no braço esquerdo e ainda o ligamento do braço direito rompido)[...]como faço força desde antigamente (dezoito anos pescando de linha) tem um colega que já operou os dois braços”* (Entrevistado 9).

Para Chagas *et al.* (2014), o crescimento na produção da atividade pesqueira traz consigo um aumento da exposição dos trabalhadores a diversos riscos no ambiente de trabalho. Tais riscos ainda não estão bem esclarecidos, especialmente na atividade desenvolvida de forma artesanal, por isso faz-se de vital importância estudos relacionados a essas análises e descrições levando em conta os acidentes de trabalhos e riscos ocupacionais.

Ainda no que diz respeito ao tempo de exposição, vale lembrar que muitos iniciam o trabalho cedo e isso torna-se um agravante:

*“O que acontece mais na pesca com o pescador é dar problema de coluna, hérnia de disco. [...] pega peso desde pequeno, de um mês pra cá que um amigo meu fez uma massagem em mim, que trabalha nisso, depois disso demorou um cado de tempo pra essa dor voltar e agora que tá voltando de novo. A gente fica muito tempo abaixado catando camarão e a postura da pessoa é tudo, então não tem como ficar reto catando no convés e vai afetando a coluna da gente. 99% dos pescadores tem dor na coluna, é difícil, 1% que não tem, é raro”.* (Entrevistado 2)

Em estudo realizado pela FUNDACENTRO em 2017, Nogueira *et al.* afirmam que a promoção da segurança e saúde dos pescadores artesanais necessitará inverter a lógica vigente, qual seja, frente às suas condições de vida e trabalho, a questão da sobrevivência para os pescadores artesanais se antepõe aos cuidados com sua saúde e segurança.

As evidências deste estudo corroboram com os resultados do estudo realizado nessa mesma região por Otal *et al.* (2012) que mostrou em seus resultados que os distúrbios ortopédicos, como os problemas da coluna se sobressaem com um percentual superior aos demais distúrbios.

Segue quadro contendo a associação dos riscos ocupacionais às atividades cotidianas praticadas pela população estudada:

**Quadro 4** -Riscos ocupacionais relacionados à Pesca no Pontal de Atafona.

<b>Riscos para a Saúde</b>	<b>Atividade ou condição de trabalho</b>	<b>Possíveis Agravos</b>
Risco químico	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fumaça produzida pelo motor;</li> <li>● Manipulação de Sulfito na pesca de camarão;</li> <li>● Manipulação de óleo diesel quando há necessidade de manutenção do barco em alto mar;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Doenças respiratórias como rinite, asma;</li> <li>● Dermatites alérgicas;</li> <li>● Reações alérgicas na manipulação do sulfito;</li> </ul>
Risco físico	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Longa exposição à radiação solar;</li> <li>● Exposição a umidade;</li> <li>● Exposição ao vento;</li> <li>● Exposição à baixas temperaturas; (manipulação de gelo);</li> <li>● Exposição ao ruído dos motores;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Hipertermia, queimaduras cutâneas, insolação, desidratação, síncope, desidratação, distúrbios da visão;</li> <li>● Neoplasias;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>● Perda auditiva induzida pelo ruído;</li> </ul>
Ergonômico	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Levantamento e transporte de peso excessivo;</li> <li>● Movimentos repetitivos;</li> <li>● Esforço físico intenso;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● LEER/ DORT;</li> <li>● Lombalgias;</li> <li>● Dorsalgias;</li> <li>● Hérnias de Discos;</li> <li>● Doenças articulares e do Tecido Conjuntivo;</li> </ul>
Riscos de acidentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Riscos de quedas;</li> <li>● Afogamento;</li> <li>● Mordidas de peixes;</li> <li>● Corte e perfurações com objetos de trabalho;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Traumas;</li> <li>● Mutilações;</li> <li>● Ferimentos graves e Fatais;</li> </ul>
Riscos biológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Manipulação de iscas em degradação</li> <li>● Contato com água viva (que possui substância urticante)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Infecções de pele;</li> <li>● Dermatites de contato;</li> <li>● Doenças infecciosas e parasitárias;</li> <li>● Hepatite A;</li> </ul>
Riscos Psicossociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Longa jornada de trabalho;</li> <li>● Distanciamento da família;</li> <li>● Longos períodos de vigília;</li> <li>● Renda instável;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fadiga;</li> <li>● Estresse;</li> <li>● Hipertensão Arterial;</li> <li>● Depressão;</li> <li>● Gastrite;</li> <li>● Doenças psicossomáticas;</li> </ul>

Fonte: Pena e Martins, (2014) modificado pela autora

Vale ressaltar que os riscos descritos no quadro acima podem ser agravados de acordo com o tempo de exposição. Dentre os riscos trazidos, não podemos deixar de destacar o risco de afogamento como um dos maiores riscos relacionado a esta atividade no mundo.

Feitosa e Pena (2014), trazem dados estatísticos de estudos realizados no Brasil e no Alaska falando sobre a mortalidade por afogamento na atividade da pesca. Além de trazerem dados de acidentes ocorridos durante a jornada de trabalho como acidentes fatais, cortes e perfurações com espécies de peixes venenosos.

Um dos entrevistados (entrevistado 1) trouxe três vivências durante a pesquisa que ilustram bem os riscos de acidente e afogamento:

*“Já aconteceu sim, já aconteceu muito acidente em alto mar, comigo mesmo já aconteceu umas três vezes do barco quase ir a pique [...] o vento estava nordeste e do nada veio um sudoeste muito forte entendeu? E a rede tava dentro da água e o barco quase foi a fundo, entendeu? Entrou bastante água no barco, foi um desespero muito grande, mas consegui todo mundo se safar bem. [...] De outra vez nós esquecemos o registro de água aberto e fomos dormir o barco foi quase ao fundo. [...] já vi um barco velejar e bater no outro no escuro também.*

O estudo permitiu constatar na população o desconhecimento em torno da constante exposição aos riscos mencionados, em que muitos acreditam que as doenças aparecem com a idade e dificilmente associam o adoecimento ao trabalho. (Observações do diário de campo)

Pode-se observar uma precariedade de ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador, também desconhecidas pelos pescadores, assim como ações de Vigilância Ambiental que possibilitem uma melhoria no processo de trabalho dos pescadores.

Entende-se por Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) como um componente do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, que visa à promoção da saúde e à redução da morbimortalidade da população trabalhadora, por meio da integração de ações que intervenham nos agravos e seus determinantes decorrentes dos modelos de desenvolvimento e processo produtivos. A VISAT é estruturante e essencial ao modelo de Atenção Integral em Saúde do Trabalhador. Constitui-se de saberes e práticas sanitárias, articulados intra e intersetorialmente. A especificidade de seu campo de ação é definida por ter como objeto a relação da saúde com

o ambiente e os processos de trabalho, realizada com a participação e o saber dos trabalhadores em todas as suas etapas (BRASIL, 2014).

As ações de saúde naquela região são pulverizadas através do Serviço de Atenção Básica e não existem ações voltadas especificamente para aquela população de pescadores. (Informações do diário de campo).

As diversas características associadas ao contexto da população pesqueira do Pontal de Atafona como, ausência de saberes formais acerca do trabalho que desenvolvem, falta de informação sobre os riscos associados ao seu trabalho, dificuldade em desenvolver suas atividades laborais devido às intempéries ambientais e as interferências externas em seu processo de trabalho, horários de trabalho indefinidos por condições que independem do trabalhador caracteriza aquela população como uma população vulnerável.

Isto posto torna-se cada vez mais evidente a necessidade de ações de saúde voltadas especificamente para esta população.

Considerando todas as questões postas pelos pescadores, bem como, o que foi observado na realização deste trabalho e, ainda, o que está disponível na literatura no que tange as condições e fatores determinantes da saúde, pode-se utilizar como contribuição o estudo de Freitas e Rodrigues (2014), que ao realizarem uma interpretação do adoecer na pesca, trazem uma readaptação do modelo proposto por Dalhgren e Witehead, onde são evidenciados cinco níveis interdependentes que atuam direta e indiretamente sobre o processo de saúde-doença de grupos e indivíduos (figura). Neste estudo, os autores trazem uma abordagem essencial para refletirmos e propormos ações de cunho relevante para a saúde desta população.

**Figura 12** – Modelos de determinação social da saúde, segundo Dahlgren e Whitehead e adaptado pela Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde.



Fonte: BUSS e PELEGRINI FILHO, 2007.

### 3.5. Preposições preliminares para ações de VISAT para os pescadores de Atafona

Partindo do princípio do que foi coletado, seguem algumas sugestões de ações que podem contribuir de forma positiva para a melhoria no processo de trabalho e das condições de saúde dos pescadores do Pontal de Atafona, respeitando os níveis de atenção à saúde, são elas:

**I. Fortalecer a Educação em Saúde:** Em parceria com a Estratégia de Saúde da Família (ESF) criar um programa de educação em saúde voltado para as especificidades da população pesqueira, contribuindo, desta forma, com a prevenção de doenças crônicas como a hipertensão arterial e, incluir nessa estratégia orientações sobre os riscos relacionados ao trabalho. Essa ação já está orientada no caderno 1 de Atenção Básica (Brasil, 2000) onde é evidenciado que a Equipe de Saúde da Família precisa conhecer a realidade da população sob sua responsabilidade incluindo os contextos familiares e a vida comunitária, desenvolvendo um processo de planejamento pactuado em cada uma de suas fases: na programação, na execução e na avaliação. E uma das atribuições básicas da ESF é exercer a promoção, através da educação continuada, da qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente torne-se mais saudável;

Além disso, a ESF pode contribuir com a realização de exames médicos periódicos nos pescadores, contemplando assim, o Artigo 10 da Conferência 188 da OIT: “ 1. Nenhum pescador deverá trabalhar a bordo de uma embarcação de pesca sem um certificado médico atestando aptidão para realizar suas atividades.”

Sabe-se que a região é assistida pelo CEREST Norte Fluminense, localizado no município vizinho de Campos dos Goytacazes que poderia, talvez, capitanear as ações de saúde do trabalhador com enfoque na população pesqueira de Atafona em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde através do Programa de Saúde do Trabalhador.

**II.** Fortalecer estratégias para garantir as notificações de agravos. Através dos serviços de Atenção Básica que atendem a população do Pontal de Atafona, gerar durante o atendimento ao paciente, mecanismos que identifiquem os acidentes sofridos no trabalho, bem como os agravos à saúde, garantindo assim as notificações e direcionando as ações de prevenção e promoção da saúde dos trabalhadores da pesca. Respeitando assim o proposto pela Portaria de Consolidação número 4:

“[...] **Art. 11.** Compete às Secretarias Municipais de Saúde a coordenação do componente municipal dos Sistemas Nacionais de Vigilância em Saúde e de Vigilância Sanitária, no âmbito de seus limites territoriais, de acordo com a política, diretrizes e prioridades estabelecidas, compreendendo: (Origem: PRT MS/GM 1378/2013, Art. 11)[...] **I** - ações de vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis, a vigilância e prevenção das doenças e agravos não transmissíveis e dos seus fatores de risco, a vigilância de populações expostas a riscos ambientais em saúde, gestão de sistemas de informação de vigilância em saúde em âmbito municipal que possibilitam análises de situação de saúde, as ações de vigilância da saúde do trabalhador, ações de promoção em saúde e o controle dos riscos inerentes aos produtos e serviços de interesse a saúde; (Origem: PRT MS/GM 1378/2013, Art. 11)” (BRASIL 2017).

**III.** Viabilizar e garantir o sistema de referência e contra – referência do SUS facilitando a adesão da população pesqueira aos serviços de saúde e viabilizando diagnóstico, tratamento

e, principalmente a continuidade do tratamento. É de suma importância a criação de um fluxo que respeite as particularidades do processo de vida e de trabalho da classe pesqueira.

É fundamental o apoio do CERST regional nesta ação para ajudar a traçar este fluxo conforme determinado pela oportunidade de pactuar na rede serviços de referência no que diz respeito à assistência de média e alta complexidade principalmente.

**IV.** Adesão à Programas do Governo Federal para a criação de uma estratégia de fornecimento de combustível a preço justo para os pescadores. Uma grande preocupação que envolve hoje a classe, frente a diminuição do seu território de pesca, conseqüentemente, diminuição do pescado é a despesa com o combustível que, segundo relatos, a exemplo de outras cidades poderia ter um preço mais acessível para o pescador.

Uma sugestão é tentar viabilizar o programa de subsídio de óleo diesel do Ministério da Pesca e Agricultura como fez o Município de Itapemirim no ES, com a criação do Programa óleo do Futuro, ajudando a muitos pescadores da região com o custeio do óleo para suas embarcações, conforme descrito na Lei Municipal nº 3123 de 29 de Novembro de 2018. (Prefeitura Municipal de Itapemirim, ES- online)

O Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel é uma iniciativa do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e foi criado mediante a Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 7.077, de 26 de janeiro de 2010, e concretiza uma parceria entre os governos Federal e Estadual. (MAPA 2019- online).

**V.** Fortalecer as parcerias com a Iniciativa Privada para realizar a dragagem do canal de acesso ao mar (Barra). As mudanças ambientais e a formação dos bancos de areia dificultam o acesso livre das embarcações ao mar e seu retorno ao porto, a dragagem do canal permitirá a viabilidade do trânsito das embarcações e por conseqüência a melhoria no processo de trabalho dos pescadores. Além disso, retomar o projeto de funcionamento do entreposto pesqueiro conforme o objetivo inicial de operação do mesmo.

**VI.** Discutir com os pescadores, medidas que ajudem a melhorar sua renda. Pena e Gomez, (2014), trazem uma sugestão no que diz respeito à melhoria da renda em comunidades pesqueiras que fala sobre o aproveitamento de experiências já existentes no âmbito da economia solidária, do cooperativismo ou de outras formas associativas. No entanto, para eles, isso implicaria mudar ou rever valores culturais tradicionais, melhorar condições educacionais que formam barreiras para as alterações na organização do trabalho e na incorporação de novas tecnologias. Estas ações precisariam de práticas diferenciadas da VISAT ao considerar as características dos pescadores como trabalhadores autônomos responsáveis pela melhoria da sua situação econômica e, assim, melhoria das próprias condições de saúde. Uma sugestão no caso dos pescadores de Atafona é a compra de um veículo de transporte do pescado para a venda direta, diminuindo assim a atuação dos atravessadores e aumentando o lucro dos pescadores sobre o produto da pesca, conseqüentemente melhorando sua qualidade de vida associada a melhores condições de trabalho.

Estas são propostas iniciais baseadas nas entrevistas em um estudo primário, mas se faz necessário uma ação de aprofundamento que envolva a participação dos pescadores para que melhorias sejam feitas naquela comunidade de acordo com suas necessidades.

## **5. CONCLUSÃO**

O presente estudo apresentou contribuições sobre as conseqüências das transformações no processo de vida, trabalho e saúde dos pescadores de Atafona/ São João da Barra e relacionadas à instalação do CLIPA. Nessa perspectiva, mostrou o retrato de uma comunidade que sofre e “adoece” dia após dia, pois a degradação do ambiente de vida e trabalho assume importância significativa como um dos determinantes desse processo. São homens expostos a diversos tipos de riscos e a processos de adoecimento sem acesso à proteção de sua saúde enquanto trabalhadores.

O estudo traz elementos concretos do quanto o processo de trabalho se torna penoso para os pescadores devido a precariedade das condições do ambiente laboral, a remuneração incerta, distanciamento da família e vários fatores que enfrentam diariamente quando saem para trabalhar.

Foi evidenciada claramente, através das falas, a grande transformação que ocorreu nos últimos anos no processo de vida e trabalho dos pescadores após a construção do Complexo Logístico e Portuário do Açú. A diminuição do território de pesca, a conseqüente diminuição do pescado, as dificuldades na organização do trabalho atreladas ao novo cenário, deixam claro até então invisível sofrimento da população com a precarização de seu processo de trabalho.

A criação de ações que contribuam para a melhoria do processo de trabalho do pescador do Pontal de Atafona com um olhar afinado, contemplando às questões de a saúde do trabalhador envolvendo uma abordagem multissetorial, o que torna essencial o uso de Políticas Públicas que contemplem este objetivo, é de extrema importância para melhorar principalmente a qualidade de vida no trabalho daquela comunidade. No que tange a VISAT, conforme exposto, são necessárias estratégias que de modo geral ofereçam a população de pescadores do Pontal de Atafona condições favoráveis de acesso à saúde e de melhoria das condições de trabalho. Neste sentido, a Vigilância em Saúde do Trabalhador deve considerar o território como base operacional para o planejamento das ações e incorporar os problemas advindos das relações trabalho, ambiente e saúde em uma atuação integrada. Desafios obviamente serão enfrentados, mas estratégias de cunho político- pedagógico nesse momento são de suma importância para minimizar o sofrimento instalado e como conseqüência proporcionando melhoria da qualidade de vida para o pescador.

Os resultados aqui apresentados referem-se a uma pesquisa com limitações metodológicas e de recursos e traz a necessidade de novas pesquisas a respeito desta problemática.

Apesar do caráter exploratório da investigação, que permeou toda a construção deste trabalho, fica aqui registrado o desejo de proporcionar retorno à população estudada de acordo com a abordagem aqui relatada.

Considera-se importante sensibilizar o poder público e as lideranças comunitárias sobre o levantamento e as proposições aqui registradas de forma a contribuir para a melhoria se não de todos, mas de alguns dos fatores negativos que agravam o processo de vida e trabalho dos pescadores artesanais de Atafona.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Z.M.M.B; SILVA, M.H.G.F.D. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta**, 1992. Disponível em: <file:///C:/Users/Hudson/Downloads/alves%20e%20silva.pdf> Acesso em 16 Nov 2018

ARGENTO, M.S.F.; COSTA, D.T.M.A. **Os Impactos Sócio-ambientais da Praia de Atafona - Litoral Norte Fluminense**. In: X EGAL, 2005, São Paulo, 2005

ARMESTO, R.C.G. **Ação da água do mar no planeta Terra**, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/6935509-Temas-geologicos-para-educacao-ambiental-caderno-viacao-da-agua-do-mar-no-planeta-terra-regina-celia-gimenez-armesto.html>> Acesso em 02 Fev. 2019

BEGOT, L.H.; WELLER, J. ; SANTANA, J.V.M. **Pesca de cerco em São João da barra, Rio de Janeiro, Brasil**. Conexões: Ciência e Tecnologia, v. 9, p. 77-84, 2015

BRASIL. **IBGE-Censo demográfico**, 2010. Cidade de São João da Barra, panorama. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/panorama>>. Acesso em 18 Fev. 2019

BRASIL. **MTE-CBO**. Disponível em: <<https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/6310-pescadores-polivalentes>> Acesso em 02 Jan 2019

BRASIL. **Portaria N° 104, de 25 de Janeiro de 2011**. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104\\_25\\_01\\_2011.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html)> Acesso em: 20 Jan 2019

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis (UERJ. Impresso)**, v. 17, p. 77-93, 2007

CHAGAS, R.A.; BARROS, M.R.F.; SANTOS, W.C.R.; VALE, A.V.P.; SOUSA, C.R.S. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais em pescadores artesanais do município de São João de Pirabas, Nordeste paraense. **Educação Ambiental em Ação**, v. 56, p. 1, 2016

COUTINHO, M. C.. **Sentidos do Trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação**, 2009. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP), 2009, v. 12, p. 189-202

DOMINGUES, E.P.; MAGALHÃES, A.S. ; FARIA, W.R.. **Infra-estrutura, crescimento e desigualdade regional: uma projeção dos impactos dos investimentos do PAC em Minas Gerais**. Pesquisa e Planejamento Econômico (Rio de Janeiro), v. 39, p. 121-158, 2009

FEITOSA, A.I.R.; PENA, P.G.L. . Acidentes de trabalho nas atividades de pesca artesanal de mariscos. In: Paulo Pena; Vera Martins. (Org.). **Sofrimento negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais**. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2014, p. 133

FREITAS, M.B.; RODRIGUES, S.C.A. As consequências do processo de desterritorialização da pesca artesanal na Baía de Sepetiba (RJ, Brasil): um olhar sobre as questões de saúde do trabalhador e o ambiente. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4001-4009, 2014

GARCEZ, D.S.; SÁNCHEZ-BOTERO, J.I. **Comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. ATLÂNTICA, Rio Grande do Sul, 2005, v. 27, n.1, p. 17-29

JANCZURA, R.. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 11-2, p. 301-308, 2012

MILLON, L.V. Participação Popular nas Políticas Públicas Municipais. **Revista de Direito (Itatiba)**, v. 13, p. 59-71, 2010

MINAYO, M. C. S.; DELANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. v. 1. 110p

MINAYO, M. C. S.; SANCHEZ, O. **Quantitativo e qualitativo: oposição ou complementaridade?**. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, v. IX, n.3, p. 239-262, 1993

MOTA, S.E.C.; PENA, P.G.L. **Pescador e Pescadora artesanal: estudo sobre condições de trabalho e saúde em Ilha de Maré, Bahia**. In: Paulo Gilvane Lopes Pena; Vera Lúcia Andrade Martins. (Org.). **Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais**. 1ed.Salvador: Editora da UFBA, v. 1, p. 13-351,2014

NOGUEIRA, L.S.M.; SOUZA, D.M.; BRIGIDA, A.M.B.S. **Segurança e saúde dos pescadores artesanais no estado do Pará**, 2017. Disponível em: <[http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/download/Publicacao/260/Pesca\\_Artesanal\\_Portal-pdf](http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/download/Publicacao/260/Pesca_Artesanal_Portal-pdf)>. Acesso em 02 Fev. 2019

OIT. **Convenção de 188**, 2007. Disponível em: <[https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_242715/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242715/lang--pt/index.htm)> Acesso em 10 Dez 2018

OTAL, M.O. ; DUTRA, G.R.C. ; OLIVEIRA, V.P.S. ; BURLA, R.S. Um olhar social sobre a saúde dos pescadores tradicionais da localidade de Atafona, São João da Barra-RJ. **Vértices (Campos dos Goitacazes)**, v. 14, p. 131-152, 2012

PELEGRINI-REIS, A.N.; FERNANDES, S.R.P.; GOMES, A.F. **Estresse e Fatores Psicossociais. Psicologia: Ciência e Profissão (Impresso)**, v. 4, p. 712-725, 2010

PENA, P.G.L.; FREITAS, M.C.S. ; CARDIM, A. **Trabalho Artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia**. *Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)*, v. 16, p. 3383-3392, 2011

PEREIRA, M. C. B.; MORETTI, R. C. **Impactos socioambientais ao longo da implantação e consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape? PE**. *Gaia Scientia (UFPB)*, v. 10, p. 98-105, 2016

RIBEIRO, A. C.; BODEN, L. **Organização produtiva da pesca oceânica artesanal em São João da Barra**. Rio de Janeiro. *Vértices (Campos dos Goitacazes)*, v. 14, p. 121-136, 2012

RIBEIRO, M.C.B.; MORETTI, R.C. **Impactos socioambientais ao longo da implantação e consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape? PE**. *Gaia Scientia (UFPB)*, 2016, v. 10, p. 98-105

RAMALHO, C.W.N. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. **Revista de Antropologia (USP. Impresso)**, v. 54, p. 315-352, 2011

RAMIRES, M.; Barrella, W.; Esteves, A.M. **Caracterização Da Pesca Artesanal E O Conhecimento Pesqueiro Local No Vale Do Ribeira E Litoral Sul De São Paulo**. *Revista Ceciliana*, 2012, V. 4, P. 37-43

RIBEIRO, G.P.; ROCHA, C.H.O.; FIGUEIREDO JR., A.G.; SILVA, C.G.; FERREIRA, S.H. ; MOREIRA, P.S.C; GUIMARÃES, M.S.D.; PEREIRA, A.P.; PINNA, B.G.; ALMEIDA, A.G.; SOUZA, C.F; SANTOS, R.A.; VASCONCELOS, S.C. Análise espaço-temporal no suporte à avaliação do processo de erosão costeira em Atafona, São João da Barra (RJ). **RBC-Revista Brasileira de Cartografia**, Presidente Prudente - SP, v. 2, n.56, p. 129/56-138, 2004

RIMA- **Relatório de Impacto Ambiental**, 2011. LLX, ECOLOGUS, AGRAR. Disponível em: <[http://www.folha1.com.br/\\_conteudo/2017/09/blogs/blogdoarnaldoneto/1224878-entrepasto-de-atafona-indefinicoes.html](http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/09/blogs/blogdoarnaldoneto/1224878-entrepasto-de-atafona-indefinicoes.html)> Acesso 06 Fev 2019

RIBEIRO, A.C. Aglomeração produtiva do complexo portuário do Açu: aspectos de sua natureza e perspectivas evolucionárias. **Latin American Journal of Business Management**, v. 05, p. 01-19, 2014

RIOS, A.O.; REGO, RITAF.; PENA, P.G.L. Doenças em trabalhadores da pesca. **Revista Baiana de Saúde Publica**, v. 35, p. 175-188, 2011

RODRIGUES, R.C.A.; LEMOS, L. **Logística e Território no Brasil? Os complexos portuários do Norte Fluminense**. **Revista Geografica de America Central**, 2011, v. 2, p. 1-16

SANTOS, M.O.S.; Gomes, I.M.A.M. ; GURGEL, I.G.D. ; AUGUSTO, L.G.S. **Suape: desenvolvimento para quem?- - Documentário como estratégia para vigilância e promoção da saúde**. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência e Tecnologia**, 2016, v. 4, p. 60-70

VINUTO, J. **A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. **Temáticas (UNICAMP)**, v. 44, p. 201-218, 2015

## APÊNDICE

### I. Apêndice I

#### Roteiro de Entrevista

- 1-** QUAL O SEU NOME, IDADE, ONDE NASCEU? FALE UM POUCO DE VOCÊ E DA SUA FAMÍLIA;
- 2-** COMO É O SEU TRABALHO? (TAREFAS QUE REALIZA NO COTIDIANO DE TRABALHO, JORNADA DIÁRIA E SEMANAL);
- 3-** O QUE VOCÊ COSTUMA PESCAR?
- 4-** QUAL MATERIAL VOCÊ UTILIZA NA PESCA?
- 5-** QUAL TIPO DE BARCO VOCÊ PESCA?
- 6-** ONDE VOCÊ DESCARREGA O PESCADO?
- 7-** O PESCADO É PREPARADO PARA A VENDA? POR QUEM?
- 8-** A QUEM VOCÊ VENDE O PESCADO?
- 9-** A FAMÍLIA PARTICIPA? COMO?
- 10-** COM A CHEGADA DO PORTO O QUE MUDOU NA PESCA NESSA REGIÃO? COMO ERA ANTES DO PORTO E COMO É AGORA?
- 11-** O QUE MUDOU NA SUA VIDA COM A CHEGADA DO PORTO DO AÇÚ?
- 12-** COMENTE SOBRE PERIGOS NA ATIVIDADE DE PESCA ANTES E DEPOIS DA CHEGADA DO PORTO;
- 13-** COMENTE SOBRE MUDANÇAS AMBIENTAIS OCORRIDAS ANTES E DEPOIS DA CHEGADA DO PORTO;
- 14-** QUAL O PROBLEMA DE SAÚDE QUE VOCÊ TEM E ACREDITA ESTAR LIGADO AO TRABALHO?
- 15-** COMENTE SOBRE A SITUAÇÃO DE SAÚDE DOS PESCADORES DE ATAFONA QUE VOCÊ ANTES E DEPOIS DA CHEGADA DO PORTO;
- 16-** E A SAÚDE MENTAL? O QUE MUDOU? FALE DE MUDANÇAS NA SAÚDE DOS PESCADORES DA COMUNIDADE QUE VOCÊ CONHECE APÓS A INSTALAÇÃO DO PORTO.

## ANEXO

### I. Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

**ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA – ENSP**

**FUNDAÇÃO INSTITUTO OSVALDO CRUZ – FIOCRUZ**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR**

**Título da Pesquisa:** Reflexos dos Impactos Ambientais Históricos na Saúde e no Processo de Trabalho da Comunidade Pesqueira de Atafona, no Norte do Estado do Rio de Janeiro.

**Nome da pesquisadora participante:** Amanda Santos Ribeiro

**Nome do pesquisador responsável/orientador:** Paulo Gilvane Lopes Pena

**Instituição responsável:** Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ

Você está sendo convidado a participar do projeto **REFLEXOS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS HISTÓRICOS NA SAÚDE E NO PROCESSO DE TRABALHO DA COMUNIDADE PESQUEIRA DE ATAFONA, NO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. De forma sucinta, esse estudo busca compreender as transformações ocorridas em seu processo de trabalho e em seu território de trabalho após a implantação do Complexo Portuário e Logístico do Açú, poucos estudos na literatura fazem referência a temática em estudo. Dessa forma, a sua participação pode nos ajudar a contribuir com a prática científica e posterior acumulação de conhecimento nessa área.

Através da observação do seu trabalho e das suas respostas a uma entrevista haverá a possibilidade para entender como são enfrentados as transformações que ocorreram e ocorrem no cotidiano do seu trabalho. Serão realizadas filmagens, fotografias de formas a consubstanciar o objeto do estudo. A filmagem e as fotografias manterão a imagem do seu rosto sem ser revelado. A entrevista será gravada e posteriormente repassada para a escrita. Essa entrevista poderá durar entre 30 minutos e 1 hora. O melhor momento para a entrevista será definido por você, e realizado em um local reservado, apenas com a sua presença e o membro da equipe da pesquisa que lhe fará as perguntas, sem necessidade de deslocamento externo ao seu ambiente de trabalho. Todas as informações que você prestar serão guardadas e estarão protegidas. Suas respostas serão mantidas em sigilo. Caso você permita, o áudio das suas respostas será gravado, e seu nome não será identificado. O áudio não será divulgado e suas respostas serão digitadas, sem identificação, e estarão disponíveis para você a qualquer momento. Sua identidade será preservada, e seu nome será substituído por outro, fictício, sua participação é voluntária e muito importante. Você poderá desistir da pesquisa em qualquer tempo, caso assim deseje. Caso queira pensar se deve participar da pesquisa poderá levar este documento para casa e fornecer a resposta no dia seguinte. Informamos que não serão oferecidos nem realizados pagamentos para você participar da pesquisa e responder às perguntas. As observações serão anotadas em um caderno. Conhecer esses aspectos possibilitará o melhor entendimento dos problemas vivenciados por você no seu ambiente e processo de trabalho.

Existe a possibilidade de você se sentir desconfortável, cansado ou constrangido ao responder às perguntas dessa pesquisa. Caso isso ocorra e você avalie necessário, você pode

pedir um tempo, deixar de responder qualquer pergunta ou desistir de vez de participar da pesquisa, sem precisar dizer o motivo da desistência e sem prejuízo para seu trabalho, sua vida profissional ou pessoal. Reiteramos que você tem a liberdade de recusar a sua participação nessa pesquisa ou até mesmo de retirar seu consentimento em qualquer fase dessa pesquisa, sem a existência de penalizações ou prejuízo à continuidade desta investigação e benefícios agregados a mesma.

Os resultados deste estudo serão publicados na forma de artigos científicos, em periódicos e revistas científicas, além de serem apresentados para a Secretaria Municipal de Saúde, e para os profissionais das equipes de saúde do território, com o objetivo de promover o diálogo sobre a temática estudada e sobre estratégias para o seu enfrentamento.

Em caso de dúvidas ou considerações os participantes poderão entrar em contato com a autora da pesquisa através do email: [arjrmachado@gmail.com](mailto:arjrmachado@gmail.com), ou telefone (22) 996051917.

O projeto desta pesquisa foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/ FIOCRUZ).

Se você concorda em participar dessa pesquisa, se todas as dúvidas foram esclarecidas pela pesquisadora direta, e aceita os procedimentos que serão realizados, por favor, assine esse termo em duas vias. Uma via ficará com você e a outra, com o entrevistador.

Vale ressaltar que todas as páginas do termo deverão ser rubricadas/assinadas.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Tel do CEP/ENSP: (21) 2598-2863

E-Mail: [cep@ensp.fiocruz.br](mailto:cep@ensp.fiocruz.br)

<http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “Reflexos dos impactos ambientais históricos na saúde e no processo de trabalho da comunidade pesqueira de Atafona, no norte do estado do Rio de Janeiro”.

- Autorizo a gravação da entrevista - ( ) Sim ( ) Não
- Autorizo o registro de imagem por foto – ( ) Sim ( ) Não
- Autorizo o registro de imagem por vídeo – ( ) Sim ( ) Não

Participante: \_\_\_\_\_

Pesquisadora: Amanda Santos Ribeiro

São João da Barra, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador